

PROCESSO DE SELECÇÃO:

necessidade e meios empíricos e científicos de selecção; selecção progressiva segundo as idades; critérios de selecção para as várias etapas. *

Cón. Dr. Alvaro Dias,

Vice-Reitor do Seminário Conciliar de Teologia

INTRODUÇÃO

O tema que vou expor é, indubitavelmente, de suma importância; mas é, sobretudo, um assunto altamente delicado e melindroso pelas suas consequências e pelas responsabilidades que impõe a quem sobre ele, com vistas na teoria e mais ainda na prática, tem de formular um juízo sério e justo.

Trata-se de um problema que diz respeito à vontade eterna de Deus, ao conveniente e necessário crescimento do Corpo Místico de Cristo e toca, finalmente, com a felicidade do homem que se julga chamado por Deus a participar no sacerdócio de Cristo e a exercer as suas altíssimas funções. Considerado sob qualquer destes aspectos, a sua importância é evidente.

Por outro lado, *formular* um juízo acertado sobre o que Deus pensa de um determinado homem e sobre o que dele exige ou espera; *afirmar* que esse homem pode, com segurança, ser chamado pela

* O presente trabalho foi elaborado sob pressão, num espaço ínfimo de tempo, para ser apresentado na III SEMANA. Publica-se tal qual foi escrito em primeira redacção, não sendo portanto de estranhar as possíveis imperfeições, repetições e deficiências, sempre inevitáveis, dada a actual impossibilidade de revisão por parte do seu Autor. Pareceu-nos, todavia, que não deveríamos privar o leitor, por razões de somenos importância, da suculenta e bem documentada doutrina que nos é exposta. Desta maneira ser-nos-á relevada a instância e perdoada a recta intenção com que urgimos uma publicação contrariada. NOTA DA REDACÇÃO.

Hierarquia a participar no sacerdócio de Cristo e nas suas funções específicas; *garantir* que tal pessoa possui os sinais do chamamento divino e tem, da sua parte, aquele conjunto de qualidades que a Igreja dele requer e, com elas, a necessária recta intenção que nunca pode faltar, tudo isto implica uma tão alta responsabilidade, que não sei se outras há que se lhe possam comparar. Seleccionar vocações sacerdotais é, por certo, trabalho altamente *meritório*, que dignifica e enobrece, mesmo aos olhos do mundo, quem o realiza com acerto. Mas se falta, por culpa, semelhante acerto, transforma-se numa obra de trágicas consequências que se farão sentir no tempo, e para além do tempo.

Devo declarar, desde já, que tudo quanto vou expor tem a intenção de ficar — um pouco, pelo menos — no campo do abstracto. Recordarei, por outras palavras, *princípios gerais e normas* a seguir que, em si mesmos, sobretudo quando procedem do Magistério da Igreja, são válidos e até indiscutíveis. A sua aplicação, porém, ao caso individual e concreto de uma determinada pessoa, em tal situação e com tais predicados, é problema que só pode resolver-se, a partir, certamente, desses princípios e normas, mas, sobretudo, em íntimo contacto com essa pessoa, vista e compreendida na sua individual situação e na sua concreta realidade.

Não será, pois, de estranhar que a minha exposição, pelo menos em muitos dos seus aspectos, se mantenha um pouco nos domínios do abstracto. O processo concreto da selecção das vocações sacerdotais, volto a dizê-lo, é trabalho que há-de partir dos princípios, mas há-de realizar-se *depois*, em íntimo contacto com a personalidade do indivíduo marcado, *hic et nunc*, por todas as suas notas individuan-tes, bem determinadas e bem definidas.

Feita esta prévia advertência que me parece de grande importância, julgo conveniente fixar a atenção sobre dois pontos que, de algum modo, servirão de base a todo este trabalho: refiro-me ao *conceito de selecção* e à *indispensável relação que deve existir entre o trabalho de seleccionar e o trabalho de educar as Vocações*.

Seleção, etimologicamente, significa escolha. Quem diz escolha diz, implicitamente, separação. Por sua vez, separação supõe pluralidade, implica a existência de um *conjunto*, mais ou menos numeroso, de seres portadores de valor desigual. Além disso, quem escolhe o que tem valor, rejeita, necessariamente, o que é sem valor, para um determinado fim, pelo menos.

O lavrador que selecciona ou escolhe o trigo parte da hipótese de ele estar misturado com alguma coisa que não é trigo, como o joio, por exemplo, que não tem valor para comer.

A *diferenciação* dos seres que formam o conjunto, o seu desigual valor ou, ainda, o valor de uns e o não-valor de outros, é a razão de ser da selecção.

É evidente que no trabalho de selecção que implica primariamente escolha e, por modo de consequência, implica *rejeição*, a *escolha* é o objectivo principal do seleccionador. Além disso, o que é *escolhido*, depois de separados os elementos que não têm valor, merece ao seleccionador cuidados especiais que acompanham o mesmo *escolhido* até este atingir a sua finalidade própria.

A selecção de candidatos para o sacerdócio implica todos os elementos e momentos incluídos no conceito de selecção em geral, de que acabámos de falar, e tem, depois, as suas características próprias e específicas.

O campo em que se realiza a selecção das vocações sacerdotais é, em primeiro lugar, o Povo de Deus e, dentro deste, de modo muito particular, a família. Uma vez feita a escolha na família para serem recebidos no Seminário, é no *conjunto* dos seminaristas que se fixam, ainda para escolher e rejeitar, conforme os casos, os olhos do seleccionador ou seleccionadores.

A selecção, qualquer que seja, é sempre feita a partir de critérios determinados. Na selecção de candidatos para o sacerdócio não faltarão, igualmente, critérios específicos; o fim que se tem em vista, o valor dos candidatos em ordem a esse fim, etc.

Quanto à relação que deve existir entre o trabalho de seleccionar e o trabalho de educar ou formar, devo dizer também uma palavra que me parece justa e a propósito.

De modo geral, selecção e formação são actividades que devem andar juntas. Mas há aspectos no problema que nos levam a dar a precedência à formação. De facto, para seleccionar com honestidade é necessário, primeiro, educar. Não é honesto o agricultor que espera colher bons frutos sem primeiro lançar à terra a semente e sem, depois, a cultivar com diligente cuidado. Neste sentido, podemos afirmar que não nos cabe o direito de seleccionar, sem antes termos realizado obra de formação.

É certo que há casos em que a selecção precede a formação: isto acontece sempre que se trata da *escolha*, que não é ainda, a última

escolha: a caminho do fim, escolhemos os bons, os que dão esperanças, para *depois* melhor os cultivarmos.

Como quer que seja, selecção e formação nunca podem andar separadas.

Postos estes princípios e esclarecimentos, dividirei a questão em quatro partes:

- 1.^a Parte: *Necessidade da selecção dos candidatos ao sacerdócio.*
- 2.^a Parte: *Meios empíricos e científicos de selecção.*
- 3.^a Parte: *Selecção progressiva segundo as idades.*
- 4.^a Parte: *Crítérios de selecção para as várias etapas.*

1.^a Parte

NECESSIDADE DA SELECÇÃO DOS CANDIDATOS AO SACERDÓCIO

A *necessidade* da selecção dos candidatos ao sacerdócio apresenta-se com tal evidência que, desde logo, parece inútil ou, pelo menos, dispensável, insistir nela demasiadamente. Contudo, os Romanos Pontífices, principalmente os mais recentes, bem como todos os responsáveis mais directos pela solução do melindroso problema das vocações, falam-nos, repetidas vezes e com todo o empenho e zelo apostólico, dessa premente necessidade.

No «Discurso aos alunos dos Seminários e Colégios Eclesiásticos de Roma, Sua Santidade o Papa João XXIII dizia:

«Gedeão, que tem às suas ordens uma multidão imensa, aparentemente pronta a afrontar todos os perigos e dificuldades, ouve o Senhor dizer-lhe que, *nas grandes empresas, é necessário contar, não com muitos, mas com poucos. A selecção é lei de vida, de progresso, de perfeição.*

«Dilectos Filhos! Queremos imaginar que vós, depois dos anos de preparação na pátria, sejais as sentinelas *escolhidas e segregadas*, segundo o chamamento divino, para as futuras conquistas do Reino de Deus. Desta realidade encontramos precisamente uma magnífica figuração no Cap. VII do Livro dos Juizes. Ouvi: *Dixitque Dominus ad Gedeon: Multus tecum est populus, nec tradetur Madian in manus ejus, ne gloriatur contra me Israel et dicat: meis viribus liberatus*

sum. Loquere ad populum, et cunctis audientibus praedica. Qui formidolosus est revertatur (Livro dos Juizes, cap. VII, 2-3). Era como se dissesse: Quem não tem coragem, volte para trás.

«Depois de tais palavras, de vinte mil reduziu-se a multidão a dez mil, e daqueles dez mil desceram ainda a trezentos apenas, segundo a precisa indicação do Senhor: «Duc eos ad aquas, et ibi probabo illos». E eis a prova, que põe em evidência a fortaleza, a seriedade, o espírito de sacrifício de cada um: «qui lingua lambuerit aquas... separabis eos seorsum; qui autem curvatis genibus biberint, in altera parte erunt» (ib. VII, 4-5).

«A aplicação é clara. Quem estaciona, quem se dá às comodidades, quem deseja satisfazer toda a sede dos conhecimentos e experiências humanas não é, não pode ser um soldado do Reino de Deus»¹.

Estas palavras do Santo Padre João XXIII, são tão claras que não precisam de comentário. Fixemos, sobretudo, aquelas: «A selecção é lei de vida, de progresso, de perfeição».

Na Carta ao Episcopado no 3.º Centenário da Morte de S. Vicente de Paulo sobre alguns importantes problemas de formação eclesial, emanada da S. C. dos Seminários e Universidades dos Estudos, em 27 de Setembro de 1960, lemos o seguinte: «É sabido como a quem lhe propunha um dia que induzisse a receber as sagradas ordens a um dos seus sobrinhos, por motivos que não eram perfeitamente puros, S. Vicente respondeu: «Por minha parte, se tivesse sabido o que era, como o soube depois quando tive a ousadia de entrar no estado sacerdotal, teria preferido trabalhar a terra a aceitar uma dignidade tão tremenda...»

«O triste costume de então, continua o documento, que *considerava muitas vezes bom qualquer motivo para se fazer sacerdote, menos o de servir a Deus e as almas*, não podia determinar em S. Vicente outra atitude... A razão evidente é que «Deus não dá as graças necessárias para cumprir as obrigações deste sagrado estado senão aos que foram chamados pela sua bondade...»

«Não se pode certamente descobrir, continua a referida Carta, nestas e em outras expressões severas, uma veia de passimismo jansenista, sabendo bem que S. Vicente de Paulo foi um inimigo acérrimo desta perniciosa doutrina e teve uma parte muito importante na sua

¹ Cfr. «Discursos de Sua Santidade o Papa João XXIII no Primeiro Sínodo Romano», Tipografia Poliglota Vaticana. sem data.

condenação. Pelo contrário, a verdade é que S. Vicente de Paulo via a vocação sacerdotal com olhos de santo, quer dizer, na sua autêntica luz sobrenatural, como uma eleição individual por parte de Deus que, ao chamar para o estado sacerdotal, concede quer as qualidades indispensáveis quer as graças necessárias para cumprir as devidas obrigações. Precisamente com a intenção de comprovar a autenticidade das vocações eclesíásticas... dedicou-se com ardente zelo... à formação dos Seminários, de acordo com as prescrições tridentinas».

Mais significativas, porém, são estas palavras do precioso documento que estamos a citar:

«O Seminário não pode realmente ser outra coisa senão um lugar de selecção, no qual os Superiores foram encarregados pela Autoridade da Igreja de *verificar quais são os verdadeiramente chamados por Deus*, com o fim de levá-los depois ao grau de perfeição que o frutuoso cumprimento da sua futura missão exige. *Seleção e formação são dois pontos essenciais e imutáveis desta instituição*. E a Igreja espera que sejam fielmente mantidos, quaisquer que sejam os tempos e as circunstâncias...»

E a Carta apresenta as seguintes razões para justificar inteiramente a necessidade da selecção: «O sacerdócio é uma missão tão excelsa, requer qualidades tão especiais e confere poderes tão extensos *que não pode deixar de ser fruto de uma selecção especial* e de um chamamento individual por parte de Deus... Daqui se segue que tanto o candidato como a Igreja devem estar interessados em conhecer a vontade divina: o primeiro, para não entrar de ânimo leve num estado especialíssimo, ao qual, aliás, não pode gloriar-se de ter qualquer direito; a segunda, para se não arriscar a conferir o sacerdócio a quem não apresenta os *requisitos necessários*. A Autoridade eclesíástica tem, por conseguinte, a obrigação estricta de *verificar* a autenticidade do chamamento divino de todos e de cada um dos alunos do Santuário, confirmando que eles possuem os *dotes necessários* para cumprirem digna e eficazmente as funções sacerdotais...»

Em discurso de 22 de Novembro de 1959 (AAS, 51, 903-907) Sua Santidade o Papa João XXIII afirmou: «O pertencer à Igreja exige... uma têmpera diamantina de carácter e de virtude, luta contínua contra paixões e egoísmos, vitória sobre si mesmo com o auxílio do Senhor. Se isto é verdade para quem deseja viver como sincero católico, é-o muito mais para quem se dedicou a um altíssimo ideal, qual é a vocação sacerdotal, à qual só é chamada uma eleita falange de homens resolutos e fortes, que saibam seguir a voz do Senhor sem

fingimentos, nem compromissos, renunciando, até, às alegrias lícitas para viverem já no próprio mundo terreno uma vida celeste».

Se para a vida sacerdotal é chamada somente «uma eleita falange de homens resolutos e fortes», etc. mais uma vez se impõe a necessidade da selecção.

Esta é, aliás, uma das funções características dos superiores do Seminário, como se lê na carta «*com data de 5 de Junho*» que volto a citar:

«Os Superiores do Seminário... por força do seu mandato, e cada qual no âmbito da sua própria competência, encontram-se investidos de uma dúpla missão: a de educadores... etc.; a *missão de juizes*, em virtude da qual devem verificar se eles (os educandos) realmente correspondem; examinar os progressos e os retrocessos que se registam, as novas manifestações que se apresentam na sua maturação física e espiritual; as resistências ou talvez as incapacidades que opõem à obra de formação. Trabalho assíduo, absorvente, cheio de dificuldades, mas *indeclinável*».

A este *indeclinável* trabalho de selecção já Sua Santidade Pio XI, na Encíclica «*Ad Catholici Sacerdotii*» se tinha referido, em 20 de Dezembro de 1935, nestas significativas palavras: «Mas todo esse louvável esforço, encaminhado à perfeita educação dos Seminários, de pouco valeria, se a *escolha* daqueles, por cuja causa existem os Seminários, se não fizesse com o cuidado conveniente. Para essa *selecção* colaborem, segundo as suas forças, todos quantos estão encarregados da formação do clero. Os Superiores, o Director Espiritual e os Confessores — mas cada um dentro dos limites e na defesa do seu cargo, assim como devem com todo o empenho fomentar e fortalecer essa inclinação dada por Deus para abraçar o Sacerdócio, assim também com a mesma solícitude e em tempo oportuno afastem das sagradas ordens os que virem que não são idóneos e até inúteis para desempenharem dignamente o ministério sacerdotal» (n.º 105). E noutro lugar acrescenta: «Ponderem, pois, os Reitores dos Seminários, considerem bem os que nestas Casas têm o cargo de Directores Espirituais ou de Confessores a grande responsabilidade que assumem perante Deus, perante a Igreja, perante os mesmos jovens, se não fizerem tudo quanto em si estiver, para impedirem esse passo em falso (ordenarem-se) os que não apresentam sinais de vocação divina» (n.º 111).

Nestes passos da Encícl. «*Ad Catholici Sacerdotii*», bem como noutros que não cito, o Santo Padre fala-nos claramente da necessi-

dade da selecção das vocações e apresenta-nos os critérios que devem presidir ao nosso trabalho. Terei ocasião de me referir a estes critérios noutra lugar.

Os documentos citados, até este momento, poderiam levar-nos a pensar que a selecção das vocações é obra a realizar exclusivamente dentro dos Seminários. Seria erro pensar deste modo. De facto, a necessidade da selecção impõe-se, de modo muito particular, antes da entrada no Seminário.

Sua Santidade Pio XII, na Exortação «Menti Nostrae» de 23 de Setembro de 1950, ao falar-nos da formação do clero, da necessidade de recrutar novos operários, do dever de orar pelas vocações e de suscitar uma grande estima pelo sacerdócio da parte dos pais, párocos e confessores, usando para tanto de diversos meios, mas sobretudo pela santidade de vida, escreve: «Para mais eficazmente alcançar este escopo, todo o sacerdote deve esforçar-se por ser e mostrar-se como um exemplo de vida sacerdotal, para que aos jovens que atrai e nos quais vislumbra os sinais do divino chamamento possa constituir um ideal a imitar.

«Esta *selecção cuidadosa e prudente* desenvolva-se sempre e em toda a parte; não sòmente entre os jovens que já estão no Seminário, mas também entre aqueles que completam os seus estudos noutras partes, e de modo particular entre aqueles que prestam a sua colaboração nas várias actividades do apostolado católico...

«Carece, porém, *examinar sempre diligentemente cada um dos aspirantes ao sacerdócio*, para se ver com que intenções e por que causas tenham tomado semelhante resolução. De modo especial, quando se trata de crianças, é preciso investigar se elas se encontram dotadas dos necessários dotes morais e físicos, e se aspiram ao sacerdócio levadas unicamente pela sua sublimidade e pela utilidade espiritual própria e alheia» (n.ºs 72-80).

Estas palavras do Sumo Pontífice, referem-se, sem dúvida, à selecção prévia à entrada no Seminário e à sua imperiosa necessidade: trata-se de uma *escolha* que deve ser feita com zelo e prudência e na qual o Santo Padre coloca as suas esperanças para que por toda a parte surja uma *escolhida* e numerosa falange de candidatos ao sacerdócio.

Aliás, dessa imperiosa necessidade de uma selecção prévia à entrada no Seminário, fala-nos um outro importante documento emanado da Sagrada Congregação dos Seminários, em 18 de Janeiro de 1960, a Carta dirigida por esta Sagrada Congregação aos Bispos

do México. Concordando absolutamente com a criação de Pré-Seminários, afirma que eles poderiam desempenhar uma dupla função, isto é, 1) preparar os jovens etc. e 2) oferecer aos Superiores a possibilidade de uma melhor selecção dos jovens que haveriam de destinar-se ao Sacerdócio.

«Esta missão do Pré-Seminário é de particular importância para o bom andamento do Seminário que, deste modo, receberia sujeitos... já seleccionados a respeito da sua vocação».

Muitos outros documentos eu poderia citar, nos quais o pensamento do Magistério sobre a necessidade da selecção das vocações é claro e incisivo. O exposto acima é bastante para nos convenceremos de que este difícil trabalho é, a todos os títulos, *indeclinável*.

A que meios haveremos de recorrer para lhe darmos execução? É o que vamos ver seguidamente.

2.^a Parte

MEIOS EMPIRICOS E CIENTÍFICOS DE SELECÇÃO

Se é certo que a selecção dos candidatos ao Sacerdócio é uma imperiosa necessidade, imposta pela natureza das coisas e claramente exigida pelo Magistério da Igreja, é certo também que esta selecção, pela importância de que se reveste e pelas responsabilidades que implica, só pode realizar-se com acerto e rectidão a partir de um conhecimento sério e, quanto possível, perfeito de todos os elementos e requisitos que são naturalmente exigidos numa autêntica vocação. *Para seleccionar é indispensável, primeiro, conhecer.*

Ora, o conhecimento que se exige da parte do seleccionador de vocações sacerdotais, tem por *objecto* um mundo complicado de realidades.

Algumas destas realidades devem ser conhecidas pelo seleccionador muito antes de iniciar o seu trabalho de escolha ou rejeição dos possíveis candidatos que se lhe oferecem ou apresentam. Outras só as poderá conhecer em contacto mais ou menos directo com os mesmos candidatos. Temos, assim, dois *tempos* a considerar: um de *preparação* do seleccionador para realizar a sua obra; outro, de *realização* da mesma obra. Os conhecimentos a possuir no primeiro tempo a que me refiro e que *precede* o contacto com o aspirante ao

Sacerdócio, são uma *condição indispensável* da parte do seleccionador para que o seu trabalho seja eficaz e objectivo. Ao entrar em contacto com os candidatos ao Sacerdócio — e é este o segundo tempo — o seleccionador, preparado como deve estar, *usará desses conhecimentos e servir-se-á de todos os recursos fornecidos pela ciência e pela experiência* para examinar se esses candidatos são, ou não, chamados por Deus; e podem, ou não, ser chamados pela Igreja. O uso dos meios empíricos e científicos tem aqui o seu lugar próprio.

1 — Como condição indispensável para depois, e só depois, se proceder ao trabalho de selecção, os seleccionadores mais responsáveis, sejam eles quais forem, têm de estar preparados com um conhecimento sério e, se possível, profundo sobre a *realidade do Sacerdócio* enquanto participação no Sacerdócio de Cristo; sobre o seu lugar na Igreja; sobre as suas funções características; sobre a sua finalidade específica. O Sacerdócio é a meta para a qual a vocação é orientada e da qual recebe, afinal, a sua especificação. Quem desconhece o Sacerdócio católico, a sua natureza, as suas exigências, as suas funções, etc., não está preparado para seleccionar, como convém, as vocações sacerdotais. Nunca será demais, por conseguinte, permitasse-me que o diga, que nos entreguemos com entusiasmo, e afinadamente, ao estudo desta matéria que nunca será suficientemente conhecida mas que é tão importante e tão sublime.

— Por outro lado, a mais ninguém, senão à Igreja, compete o direito de verificar se os candidatos são, ou não, chamados por Deus; apresentam, ou não, a idoneidade bastante para serem chamados por Ela ao Sacerdócio. Esta é, de facto, e por direito, a função da Hierarquia, como ensina Sua Santidade Pio XII, na Constituição Apostólica «Sedes Sapientiae», de 31 de Maio de 1956: «Divina enim ad... Clericalem statum vocatio, utpote, qua quis in Ecclesia, societate scilicet visibili atque hierarchica, ad vitam sanctificationis publice ducendam et ad ministerium hierarchicum exercendum destinetur, a moderatoribus quoque hierarchicis, quibus Ecclesiae regimen divinitus commissum est, ex auctoritate *comprobari, admitti atque regi debet*» (AAS. 48 (1956) p. 357).

Por esta razão, não basta ao seleccionador conhecer o Sacerdócio e todas as suas exigências, é necessário também conhecer as *exigências* da Hierarquia e as normas que ela segue naquele «*comprobari, admitti atque regi*» da divina vocação.

No esforço de verificar este divino chamamento, a Igreja serve-se

de critérios determinados e atende a determinados *sinais e manifestações* pelos quais aquele chamamento se dá a conhecer. Não se compreende, de facto, que Deus chame e não dê conhecimento à Igreja do seu chamamento.

É, pois, obrigação do seleccionador perguntar à Igreja que *espécie de sinais ou manifestações são essas*, para mais tarde, já em contacto com os aspirantes ao Sacerdócio, verificar, por seu turno, se eles existem ou não.

— Como estes *sinais ou manifestações* se concretizam num determinado sujeito, com determinados dotes naturais e sobrenaturais, colocado num determinado ambiente, providencialmente favorável ao desabrochar da vocação, o seleccionador deve estar preparado para conhecer essa concretização dos sinais que a Igreja aponta. Preparado para conhecer o ambiente com tudo o que este implica, preparado deve estar, principalmente, para conhecer o homem que Deus chama: a sua estrutura, a sua psicologia, as suas aptidões, as suas capacidades e incapacidades, as suas tendências, o seu temperamento, a sua correspondência às graças que Deus lhe dá...

É evidente que, para adquirir este conjunto tão extenso e complicado de conhecimentos, o seleccionador tem de estudar continuamente: Teologia, particularmente a Teologia do Sacerdócio; Direito Canónico no que se refere, de modo especial, ao problema das vocações sacerdotais; Documentos do Magistério sobre o mesmo assunto; Filosofia, Psicologia Racional e Experimental, Pedagogia, Biologia etc., etc.. Tudo isto é campo do seu interessado saber. Nem será de menor importância o interesse a prestar à experiência como fonte de valiosíssimos e imprescindíveis conhecimentos.

É com fundamento que o Vaticano II, no Decreto «Optatam» determina: «Visto que a formação dos alunos depende de sábias leis, e sobretudo de educadores idóneos, escolham-se os Superiores e os professores dos Seminários entre os melhores varões, e preparem-se diligentemente com sólida doutrina, conveniente experiência pastoral e com especial formação espiritual e pedagógica» (n.º 5). E noutro lugar, prescreve: «Observem-se santamente as normas da educação cristã e aperfeiçoem-se devidamente com as descobertas mais recentes da Psicologia e da Pedagogia» (n.º 11).

Mais ainda: para seleccionar, como para educar, não basta esta notável cópia de conhecimentos. No já mencionado Decreto «Optatam totius», n.º 5, encontra-se o seguinte: «Os Superiores e os professores do Seminário pensem seriamente quanto o êxito da formação dos alu-

nos (e, nós acrescentaríamos, o êxito da consequente selecção) depende da sua maneira de pensar e de agir», quer dizer, da sua maneira de viver.

Com esta preparação, a adquirir num primeiro tempo, como acima disse, o seleccionador realizará a sua obra à luz da fé, à luz do Magistério da Igreja, à luz da Ciência e da Experiência.

II — O tempo que mais directamente nos interessa, aqui, é, sem dúvida, o segundo isto é, aquele em que o seleccionador entra em contacto com o aspirante ao sacerdócio para *verificar* se ele apresenta, de facto, os *sinais* próprios da vocação divina, se manifesta ser chamado por Deus, pela posse de todos os dons e qualidades que se requerem na vida sacerdotal, e, deste modo, possui a idoneidade bastante para ser igualmente chamado pela Igreja.

A partir de todos os conhecimentos já adquiridos, ao fazer este exame o *seleccionador usará de todos os meios empiricos e científicos possíveis.*

A partir de todos os conhecimentos já adquiridos, disse, e acrescentarei agora: a partir também da sua vivência sacerdotal. Esses conhecimentos fornecer-lhe-ão as normas concretas que lhe vão permitir verificar a existência ou a não-existência dos referidos *sinais*; a sua vivência sacerdotal, uma vez que seja autêntica, irá emprestar mais luz a essas normas e tornar, assim, mais eficaz o seu trabalho. Numa palavra, usando, muito embora, dos recursos fornecidos pela ciência e pela experiência, o exame do aspirante, das suas aptidões e inaptidões, deve ser feito sempre à luz da fé.

Examinar um candidato ao Sacerdócio *à luz da fé* é ter sempre presente no pensamento que é Deus quem chama, é de Deus, como causa primeira, que procedem as qualidades e aptidões do eleito, é de Deus que descem as graças que acompanham as aptidões naturais. Essas graças não podem ser objecto de análises científicas, nem de contactos imediatos de experiências puramente humanas.

Examinar os *sinais*, que o aspirante apresenta, *à luz da fé*, é ter presente a Teologia do Sacerdócio, com tudo o que ela implica; é ter os olhos postos na Igreja e compreender-lhe, quanto isto é possível, as necessidades e aspirações; é ter o pensamento nas almas e saber o que elas podem esperar, e têm direito de esperar, do sacerdote de amanhã.

Ora, para que esta visão sobrenatural exista, para vermos o homem à luz da fé, é necessário sermos inteiramente padres, vivermos

intensamente o nosso sacerdócio, é necessário sentirmos na alma um zelo autêntico, não pela nossa, mas pela glória de Deus.

É a partir da luz da fé e da vivência do nosso sacerdócio que tomaremos contacto com os prováveis eleitos de Deus. Este contacto tem por objectivo imediato a *verificação* da existência, ou da não-existência, dos *sinais* da vocação nos aspirantes.

Como realizar esta *verificação*, ou este *exame*, cujo resultado nos permitirá formular aquele *juízo* que sempre se requer antes de toda a escolha e antes de toda a possível rejeição?

Esta verificação que antecede e deve anteceder toda a selecção, pode realizar-se por meios científicos e por meios empíricos, notando-se, porém, desde já que esta divisão, no problema que nos ocupa, não é inteiramente rigorosa.

Com efeito, os meios empíricos de que falaremos não são uma simples e pura observação vulgar, mas podem e devem ter muito de científico. Nem se pense também que estes meios empíricos, na matéria que nos ocupa, tenham menos valor e menos importância que os meios científicos.

a) Quanto ao recurso aos meios científicos (e quero referir-me, neste momento, de modo muito particular, à Medicina, à Psiquiatria e à Psicologia), é hoje indubitável que devemos pensar neles e devemos usá-los, mas sempre sob determinadas condições e com a devida prudência sobrenatural.

— De facto, as Ciências têm o seu campo próprio, têm os seus métodos característicos e têm desse campo uma visão muito especial, isto é, conforme com o aspecto e as perspectivas a que atendem.

Ora, na vocação, enquanto concretizada num sujeito que é chamado por Deus, *há elementos* que estão fora do campo de observação das Ciências, e não podem ser atingidos nem conhecidos pelos seus métodos.

Assim, os elementos sobrenaturais com que Deus enriquece os seus eleitos, as graças que lhes dá ou de que os rodeia, estão fora do campo da Medicina, da Psicologia, da Psiquiatria, etc.

Pedir a um Psiquiatra ou a um Psicólogo que verifiquem a existência desses *elementos sobrenaturais* da vocação e examinem os sinais que, de algum modo, manifestam a sua presença, seria uma loucura. A Ciência não tem métodos para conhecer as graças de Deus, nem para verificar, qualitativa ou quantitativamente, a correspondência do homem a essas graças.

Contudo, há ainda lugar bastante para as ciências do homem, no problema da vocação. Com efeito, além dos dotes sobrenaturais que Deus concede aos que chama, há os dotes naturais de que o mesmo chamado deve encontrar-se revestido e enriquecido: os dotes físicos, as qualidades psíquicas, os dotes naturais da inteligência e da vontade, etc.

A existência e o valor de todos estes *dotes de ordem natural*, que certamente se requerem para ser completa a idoneidade do aspirante ao Sacerdócio, é objecto de várias Ciências, e a intromissão destas Ciências no problema da vocação, para verificar se esses dotes naturais existem, ou não, no grau e na medida em que são necessários, está inteiramente justificada.

— O recurso a estas Ciências é, aliás necessário, ou conveniente, senão sempre, pelo menos, muitas vezes.

É necessária, antes de mais nada, a intervenção do médico. Isto não só nos casos de doença evidente mas também fora deles. De desejar seria que o Médico acompanhasse desde o início o desenvolvimento de cada aluno, visse bem o andamento da sua saúde, fizesse de cada aluno a sua «história», sob o aspecto das suas possibilidades, das suas deficiências, das suas especiais exigências, etc., e apresentasse aos Superiores essa «história» e os resultados do seu trabalho para que eles, depois, julgassem da idoneidade física do mesmo aluno.

Não deixaria, igualmente, de ter grandes vantagens o exame psíquico dos alunos, feito por pessoas competentes.

Seria vastíssimo o campo desta investigação. Os resultados obtidos neste exame, seriam igualmente de grande utilidade para os educadores que ficariam, assim, a conhecer melhor as possibilidades dos seus educandos, as suas capacidades ou incapacidades, as suas tendências mais acentuadas, os sentimentos que mais se lhes enraizam na alma, as necessidades mais urgentes de amparo e direcção que neles se revelam, as crises por que vão passando e que requerem especiais atenções e mais delicados cuidados, os recursos que vão oferecendo para uma educação mais eficaz e sempre mais acertada, etc. etc.

Mas a intervenção do especialista, Médico ou Psicólogo ou Psiquiatra, torna-se indispensável, sobretudo, nos casos anormais que não são tão raros como, à primeira vista, nos pode parecer.

De facto, podem aparecer anormalidades físicas, sejam quais forem, que exigem a intervenção do Médico; anormalidades psíqui-

cas, na esfera dos conhecimentos, dos sentimentos, das tendências, que exigem a intervenção dos respectivos especialistas. Quantas manifestações reais, embora passem despercebidas a quem não tem a preparação devida, de ordem, por exemplo, caracterial (os impulsivos, os fechados, os orgulhosos, os desconfiados, os instáveis, os dissimulados, os mentirosos, os fatigados, os meticulosos, etc.), ou ainda na esfera do patológico propriamente dito (nevroses, psiconevroses, mitomanias, hipomanias, esquizofrenias, delírios, paranoias, obsessões, fobias, etc., etc.) quantas manifestações reais, dizia, de situações anormais que seria necessário estudar e seria necessário remediar, por quem disso for capaz.

É difícil, por certo, encontrar entre nós, com abundância pelo menos, especialistas desta natureza. Contudo, sempre que haja suspeitas acerca da vida psíquica do aluno, este recurso aos especialistas impõe-se.

Isto para bem do aluno e para bem da Igreja. Se este exame se fizesse, evitar-se-ia que chegassem, por vezes, ao Sacerdócio, autênticos tarados que tanto custam, depois, a suportar.

Este exame deve ser feito por quem tem capacidade para tanto: os especialistas.

Quanto aos responsáveis directos pela formação e pela selecção dos alunos, julgo que não devemos iludir-nos quanto à sua capacidade neste campo. Não somos especialistas nestes domínios: nem médicos, nem psiquiatras, nem sequer bons psicólogos. O que aprendemos nos Seminários e até, nas Universidades, não é o suficiente para nos aventurarmos a fazer investigações que queiram ser inteiramente objectivas sobre as anormalidades psíquicas dos alunos, nem podemos dar-nos ao luxo pretensioso de resolver por nós estes casos complicados.

O que se requer, isso sim, é que não estejamos inteiramente prevenidos sobre esta matéria. Devemos estudar, particularmente, a Psicologia, conhecer os fenómenos psíquicos normais do homem, o que neles pode influenciar ou de dentro, em sentido de profundidade, ou de fora em sentido de estímulo ou de pressão; devemos conhecer também os fenómenos psíquicos anormais de que podem ser vítimas determinados sujeitos, devemos conhecer as leis que presidem ao *fieri* de todos estes fenómenos; devemos, com os olhos no *individuo*, que é um mundo á parte, ver como esses fenómenos, normais ou anormais, se concretizam em síntese, devemos finalmente, saber observar, saber até experimentar para sabermos —

grande ciência é esta — para sabermos duvidar. E quando duvidarmos da normalidade de algum aluno, tenhamos a prudência bastante para o enviarmos a quem tem obrigação de saber mais do que nós.

Mesmo para isto é necessário estudar e estudar muito.

É o que nos recomenda o Santo Padre o Papa João XXIII, na alocução ao «Curso para os Directores Espirituais dos Seminários de Itália», em 9 de Setembro de 1962: «O educador dos Seminaristas sabe muito bem que a sua preparação pessoal para o altíssimo ministério deve continuar enquanto dura o seu serviço. Deve estudar a psicologia dos alunos do Seminário; deve viver com os olhos abertos sobre o mundo que o cerca; deve aprender da vida. Mas deve aprender também dos livros, do estudo, da experiência dos confrades e do *progresso das ciências pedagógicas*, particularmente daqueles textos e autores que a mesma Congregação dos Seminários recomenda.

«Não podemos esconder que se cometeram — e se continuam a cometer — erros no campo educativo, com a fácil desculpa de que para discernir as vocações e para as formar convenientemente, bastam o bom senso, o olho clínico e sobretudo a experiência.»

E já antes, na Carta «Magna equidem», emanada da Sagrada Congregação dos Seminários, com data de 27 de Dezembro de 1957, se escrevia:

«Exploratio vocationis peragatur juxta regulas a probatis auctoribus in theologia morali, ascetica et mystica traditas: et ratio habeatur, servatis debitis cautionibus, de conclusionibus, quae ad rem faciunt, ad quas devenerunt psychiatriae et biologiae scientifica studia hujus nostri temporis».

O Decreto «Optatam» fala-nos, como já vimos, no mesmo sentido.

Porém, no limitado uso dos meios científicos a que havemos de recorrer, é necessário, ainda, notar duas coisas: é indispensável que esses meios sejam realmente *científicos*, e, no caso de recorrermos a especialistas, devemos saber, primeiro, quem são esses especialistas e quais são os métodos de que usam nos seus exames.

Em primeiro lugar, dizia, é indispensável que os meios a usar sejam realmente científicos. Suponho que assim é quando se trata de médicos. Posso duvidar quando se trata de Psiquiatras e principalmente de Psicólogos.

De facto, apesar dos grandes progressos da Psicologia — e só a

esta me quero referir, neste momento, — há psicologias e psicologias, e, sobretudo, há *divulgadores de psicologia*.

Há psicologias, infelizmente, que nem são objectivas nem, por isso mesmo, podem ser autênticas.

Não são de facto, autênticas aquelas psicologias que interpretam a realidade ao sabor de certos subjectivismos, e constroem teorias que podem ser consideradas como belos castelos no ar, mas não podem ser tidas como expressão deste mundo concreto que é o homem.

Não é a estas psicologias — e tantas são hoje — que devemos recorrer, nem é dos seus meios que devemos usar.

Depois, é necessário temer, igualmente, os divulgadores ousados que tomam a nuvem por Juno, apresentam como já confirmado e real o que é, ainda, simples hipótese, e estendem a todos os campos aquilo que só vale num determinado sector da realidade, e isto, às vezes, ainda com reservas.

Tudo isto quer dizer que é nos bons autores que devemos beber os nossos conhecimentos. Felizmente podemos encontrá-los no campo católico.

Quanto aos meios e métodos a usar pelos especialistas, baste dizer que oferece grandes reservas o método psicanalítico, conforme o determinado pela Sagrada Congregação do Santo Ofício, em 15 de Julho de 1961 (Seminarium, nova série, 3, (1961) 425): *Improbanda est opinio corum qui autumant praevidiam institutionem psychoanalyticam omnino necessariam esse ad recipiendos ordines sacros, vel proprie dicta psychoanalytica examina et investigationes subeunda esse candidatis Sacerdotii... Quod valet etiam de exploranda requisita ad sacerdotium...».*

b) Quanto aos *meios empíricos* a usar no trabalho de selecção das vocações, devo dizer que são eles os que têm mais vasta aplicação neste domínio; são os únicos que praticamente temos sempre à mão; são os mais necessários para os casos normais da vida, e, finalmente, assiste-lhes um grande valor e revestem-se de grande importância pelos resultados que nos permitem alcançar.

— Antes de mais, julgo indispensável declarar o que entendo, aqui, por «meios empíricos» de selecção.

Com esta expressão, quero significar, não uma observação qualquer, uma observação simplesmente ingénua e vulgar, mas, antes, uma *observação que direi especializada*.

Com efeito, a observação própria do seleccionador de vocações põe em jogo um conjunto enorme de actividades; melhor direi, põe em actividade toda a pessoa do observador, no sentido de conhecer o mais profundamente possível o aspirante ao Sacerdócio e tudo o que o rodeia e nele pode influir.

Trata-se de uma observação que é, certamente, dos olhos que se esforçam por ver, dos ouvidos que prestam atenção no escutar; mas é também esforço da memória que conserva e recorda, e, principalmente, é obra da inteligência que procura compreender palavras, gestos, atitudes, acções e reacções, situações e estados que, depois, passará a interpretar à luz de certos princípios e normas, para finalmente, a partir de tudo quanto viu, ouviu, fixou, interpretou, formular um juízo que tenha o máximo respeito pela objectividade das coisas.

Nem a tal *observação*, que empenha o homem todo, faltarão as luzes superiores da Filosofia, da Psicologia, da Ética, e as luzes ainda mais altas da Teologia e da fé. Mais: se é o sacerdote que observa enquanto sacerdote, longe de haver perigo de «deformação profissional» haverá, antes, os auxílios da graça a abrir-lhe os olhos da inteligência para melhor ver e mais rectamente julgar.

Por conseguinte, estes «meios empíricos» de que usa o seleccionador de vocações assim totalmente empenhado em observar, assim preparado com os conhecimentos que já tem e assim auxiliado por graças especiais que Deus, por certo, lhe dará, não podem confundir-se com a simples observação vulgar, desinteressada, ocasional, passageira, não podem equiparar-se à singela observação de um ingénuo «olho clínico» que, por vezes, dormita. Pelo contrário, trata-se de uma observação, digamos, preparada de antemão, num permanente estado de expectativa, atenta, interessada em ver, compreender, julgar com acerto e objectividade. Mais: trata-se de uma observação que não é de um momento ou de algumas horas, mas é permanente, acompanhando o observado desde o despertar da sua vocação até ao momento em que esta alcança a sua maturidade.

Trata-se, por outro lado, de uma observação que não sendo, talvez, por sua natureza estritamente científica em todos os seus momentos e em todos os seus processos, não despreza, contudo, os métodos e os processos científicos, antes procura usá-los, quando possível, e procura valorizar-se, cada vez mais, com tudo o que a ciência lhe pode fornecer. De facto, não lhe é vedado o uso dos *tests*; dos questionários bem organizados, que lhe podem fornecer

respostas admiráveis em significado; dos «encontros» que de antemão se preparam com o fim de se descobrirem novos horizontes da personalidade do sujeito que se observa, e sobretudo tem à sua disposição o *diálogo* que, por sua natureza, feito na base de uma total «sinceridade de alma» e de confiança mútua, é meio utilíssimo de conhecimento.

Nem deve esquecer-se que a observação que tem por objecto o estudo dos candidatos ao Sacerdócio, não é obra de um só observador, mas de muitos que, depois de observarem, depois de tomarem as suas notas, depois de terem feito a «história» do observado, irão estudar em conjunto os resultados que obtiveram e as conclusões a que chegaram, corrigindo, assim, alguns modos de ver, porventura menos exactos, e reforçando, ao mesmo tempo, as convicções que já tinham sobre outros aspectos da vida do aspirante.

Esta observação reflectida, permanente, colectiva, muitas vezes auxiliada pelos processos da Ciência, e recebendo luzes doutros campos, é o *meio* que sempre temos à mão para educar, e para seleccionar vocações. Dos meios estritamente científicos podemos usar, uma vez ou outra, desta devemos usar continuamente.

— O campo a que havemos de aplicar esta observação é vastíssimo. E se é verdade que são os responsáveis mais directos pela selecção das vocações os que mais a devem usar, outros há, e numerosos, que também a ela devem recorrer, na medida das suas capacidades e perspicácia.

Por meio desta observação procuraremos conhecer, em primeiro lugar, o ambiente donde procede o aspirante ao Sacerdócio. Não é sem valor, antes pelo contrário, saber qual o ambiente de origem dos candidatos à vida sacerdotal. É desse ambiente que eles trazem, digamos, os gérmes do que vão ser mais tarde. Deste modo, no problema da selecção das vocações interessa conhecer se o aluno vem de uma aldeia ou duma cidade, de uma região montanhosa e do centro ou de uma região vizinha do mar; de um meio agrícola ou de um centro industrial; de uma terra com vida religiosa intensa, ou de um lugar de indiferentes ou descrentes.

Sobretudo interessa saber de que cepa vem, de que família e como está organizada esta família, como é constituída, como vive económica, moral e religiosamente, como é considerada no meio, que virtudes ou vícios há nos seus membros, que antepassados teve, de que saude goza, etc., etc. Este saber será fruto da observação dos párocos principalmente.

No problema da selecção das vocações é, sobretudo, indispensável conhecer os candidatos à vida sacerdotal: a sua saúde física, a sua saúde psíquica, os sentimentos de que são portadores, as tendências que têm, os seus temperamentos, o valor das suas inteligências e vontades, o seu comportamento perante o dever, os seus costumes morais, a sua vida religiosa, as suas virtudes ou vícios, as suas capacidades ou incapacidades, etc., etc.

Estes conhecimentos são obtidos pela observação. Mais: embora a graça, assim como a virtude, não possam conhecer-se em si mesmas por meio de uma observação directa, também elas têm as suas *manifestações* no exterior, e estas são ainda, de algum modo, objecto de observação.

Em síntese: para seleccionar é imprescindível, primeiro, conhecer.

O conhecimento dos candidatos ao Sacerdócio, do seu valor ou não-valor, obtém-se por meio de uma observação que tem de ser especializada e que deverá transformar-se, quanto possível, em observação científica. Além desta observação especializada, há o recurso aos meios estritamente científicos que seriam sempre úteis, mas são particularmente necessários em casos de anormalidades, devendo estas ser estudadas por especialistas.

3.^a Parte

SELECÇÃO PROGRESSIVA SEGUNDO AS IDADES

A selecção das vocações sacerdotais não é obra que possa realizar-se num momento, a não ser que, de modo imprevisto e, mesmo assim, empregados os prévios cuidados necessários, apareçam, com flagrante evidência, sinais negativos que justifiquem a imediata rejeição de alguém.

Exceptuados semelhantes casos, a selecção, como noutra lugar afirmei, há-de fazer-se contemporaneamente com a obra de formação e até mesmo dando a esta uma certa precedência necessária. Quer na família, quer na paróquia, quer, sobretudo, no Seminário, primeiro é necessário informar e formar, para depois, e só depois, seleccionar.

Sendo assim, a selecção das vocações terá de ser feita progres-

sivamente, pois é isto o que acontece, precisamente, com a formação.

Mas nós temos razões mais concretas a convencerem-nos de que a selecção das vocações sacerdotais, precisamente porque se trata de semelhante vocação, há-de ser feita progressivamente. Com efeito, toda a selecção, para ser válida e justa, há-de fazer-se em contacto com a realidade das coisas, tal qual essa realidade se apresenta na sua objectividade e no seu condicionamento característico. Ora, a realidade de uma vocação sacerdotal pode não ser desde o princípio, uma realidade *toda feita*, perfeita, acabada, mas tão somente uma realidade *in fieri*, a fazer-se, a desenvolver-se, a progredir. O cultivador do campo não pode proceder à selecção dos frutos no momento preciso em que lança à terra as sementes: tem de esperar, pacientemente, pelo tempo da colheita. Se antes, no longo intervalo que vai do tempo da sementeira ao tempo da recolha, tem necessidade de mondar, por certo, mondará; mas não o há-de fazer, mesmo assim, sem deixar, primeiro, nascer juntamente o trigo e o joio, e sem lhes permitir, depois do nascimento, que juntamente cresçam o tempo bastante para os conhecer e distinguir.

É isto o que acontece com as vocações sacerdotais. O seleccionador deve lembrar-se de que está em frente de uma realidade que não pode considerar-se como *acabada, toda feita* de uma vez para sempre. A realidade da vocação sacerdotal é sempre, e, de modo particular, isto se verifica até ao momento da ordenação, uma capela imperfeita a pedir acabamento, uma realidade *in fieri*, em todos os seus elementos essenciais e em todos os seus aspectos.

a) Vista do lado de Deus, enquanto é execução, no tempo, da sua vontade eterna, a vocação sacerdotal, de modo ordinário, — não falamos do caso de um S. Paulo, por exemplo — realiza-se *progressivamente*. Acontece, de algum modo, com o candidato ao Sacerdócio, o que se deu outrora com os nossos pais a quem Deus falou *muitas vezes e de muitos modos*. (Heb.,1,1).

Em primeiro lugar, conforme os ensinamentos do Magistério da Igreja, Deus concede aos que elege para o sacerdócio «*divinae... vocationis germen*», como escreveu Pio XI na Carta Apostólica «*Officiorum Omnium*», dirigida ao então Prefeito da Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades dos Estudos, Card. Bisleti, em 1 de Agosto de 1922.

Ora, este «*divinae... vocationis germen*» existente naqueles que,

segundo afirma S. S. o Papa Pio XII na «*Mediator Dei*», são chamados do Alto: «*superno quodam instinctu vocati*», este germen da vocação divina, por isso mesmo que é germen, deve desenvolver-se progressivamente, até se transformar em árvore e dar frutos. Para tornar *real* este desenvolvimento, estão aí os *Seminários Menores*, entre muitos outros meios, conforme ensina o Decreto «*Optatam totius*», n.º 3, do Vaticano II: «...Seminários Menores, erigidos para *cultivar* os gérmenes da vocação».

Mas Deus não se contenta com lançar à terra, isto é, com dar aos que elege, este primeiro germen da vocação. Para que ele seja *cultivado* convenientemente, para que tenha no corpo e na alma do eleito a maturação que lhe é própria, e atinja, assim, a maturidade, é ainda Deus, mais do que ninguém, que prepara, dentro dos planos da sua Providência e governo dos homens, o ambiente propício a esse desenvolvimento e maturação. De facto, ter um ambiente sadio na casa em que se nasce, ter um bom pai, uma virtuosa mãe que aconselha ou sugere ao filho os caminhos do altar; ter um ambiente cristão na paróquia onde se recebe o baptismo; ter um pároco zeloso e amigo que mais pelo exemplo da sua vida do que por palavras da boca, aconselha e ajuda a tomar um rumo na vida; ter bons encontros, com um confessor, por exemplo; ter bons mestres, bons companheiros, etc., etc., tudo isto é um conjunto imenso de graças que descem do Alto, ou a preparar o terreno em que será lançado o «*divinae... vocationis germen*», ou, uma vez este lançado na alma, a ampará-lo e a fazê-lo germinar e crescer devidamente.

Por outro lado, é de Deus, tendo por cooperadores os pais dignos, que vêm os próprios dotes naturais daqueles que a Sua Bondade se digna chamar: a boa saúde física, a conveniente saúde psíquica, o dom de uma inteligência viva e amante da verdade, a graça de uma boa vontade inclinada para o bem e para a virtude, etc.

Mas todos estes dotes naturais estão sujeitos às leis do progresso, precisam de tempo para se desenvolverem, aperfeiçoarem e chegarem à conveniente e necessária maturidade.

O seleccionador tem de esperar por esta maturidade. Mais ainda: colocado pela Igreja ao lado do «chamado» por Deus, como educador, compete-lhe ajudar, fomentar, impulsionar a maturação daqueles dotes. Só quando, por fundados motivos, se perdem as esperanças de que vá para a frente aquela maturação, no bom sentido em que deve realizar-se, é que lhe assiste o direito de intervir e rejeitar. Realizar progressivamente a selecção, saber esperar como convém, é uma

questão de respeito pelo próprio Deus, dador de todos os dotes naturais e respeitador das leis da natureza.

Progressivamente outorga Deus também as suas graças — graças sobrenaturais — aos seus eleitos, tendo em vista as possibilidades da natureza que, pouco a pouco sòmente, vai elevando e aperfeiçoando, da sua parte. As graças interiores da vocação têm o seu *progresso próprio*, o seu desenvolvimento característico, o seu florir e frutificar em tempos oportunos.

E entre as graças exteriores com que Deus rodeia os seus chamados, não podemos esquecer a graça dos Seminários com todos os seus elementos: Directores Espirituais, Superiores, Professores, etc., etc. Se o fim destas casas é «cultivar o gérmen da vocação», promover o seu pleno desabrochar e fazer-se árvore, é evidente que se requer um tempo de espera antes de seleccionar. Aqui, porém, não faremos como o homem do Evangelho que semeou a boa semente no seu campo. Quando aparece a cizânia que o inimigo semeou, e quando esta foi conhecida, suficientemente, como cizânia, é necessário arrancá-la. Aqui o campo não é todo o campo do Reino de Deus, e o que poderia vir a ser cizânia no sector do Sacerdócio pode ser bom trigo noutro sector.

Como quer que seja, e embora tenhamos de seguir a determinação do Decreto «Optatam» que nos prescreve: «em toda a selecção e provação dos candidatos mantenha-se a firmeza de espírito, ainda que seja de lamentar a penúria de sacerdotes» (n.º 6), o certo é que, vista do lado de Deus, como execução da Sua vontade, no tempo, a vocação só *progressivamente* se manifesta, de modo ordinário. É, pois, necessário *conhecer o caminhar* de Deus, ver como Deus progressivamente vai repetindo o seu chamamento, e, à medida desse activo e progressivo chamar, é que podemos realizar a selecção que, desta forma será *progressiva* também. De algum modo, repete-se com os chamados ao sacerdócio o que aconteceu com Abraão a quem Deus *chamou* em diversos lugares, em vários tempos e de maneiras muito diferentes. Tudo isto quer dizer, em resumo, que o seleccionador de vocações sacerdotais, tendo os olhos em Deus que chama progressivamente, tem de se encher de paciência, examinar com toda a prudência sobrenatural os sinais daquele activo chamar divino, esperar o tempo suficiente para escolher ou rejeitar. Tem de dar tempo ao tempo, para que a semente dê provas do seu valor. Sob a acção progressiva do chamamento divino, é sempre de esperar que a boa semente dê boa árvore e bons frutos. Neste caso, *progressivamente*, teremos razões

positivas, cada vez mais convincentes, para a desejada escolha do candidato. Por outro lado, não permitirá a divina Providência que a semente inapta não venha, pouco a pouco, ou, às vezes, bem depressa, a dar provas da sua falta de autenticidade. Neste caso, com essas provas à mão, encaminharemos o aspirante para outra vida.

b) Mas não é só do facto de Deus chamar progressivamente os seus eleitos que se conclui para a necessidade de ser progressiva a selecção que devemos realizar.

Para nós, de modo muito concreto e mais claro, a selecção tem de fazer-se *progressivamente*, tendo em vista a *resposta* do homem ao divino chamamento.

Sendo certo que a semente da divina vocação possui as suas energias próprias e tem o seu desenvolvimento característico, aliás sempre debaixo dos olhos do Divino Semeador, é verdade, igualmente, que também o campo em que a semente é lançada tem as suas possibilidades, o seu modo característico de concorrer activamente para o germinar e o crescer dessa semente, bem como o seu modo simplesmente passivo ou declaradamente negativo de levar a mesma semente a secar e perder-se.

Este campo onde aparecem lançadas por Deus «*apostolatus semina*», as sementes do apostolado, como dizia Sua Santidade Bento XV ², são *aqueles que o Senhor da messe envia*, como em Carta aos Prelados de Espanha, com data de 5 de Maio de 1942, se expressava Sua Santidade Pio XII: «Ipse «*Dominus messis*» mittet utique vobis... adolescentulos qui... evadant operarii»; são, ordinariamente, entre nós adolescentes entre os onze e os treze anos, quando entram no Seminário, e são, depois, os nossos seminaristas até ao momento da ordenação.

Prestar atenção a todos estes candidatos que são homens, seres dotados de *liberdade*, que podem *aceitar* ou *recusar* o divino chamamento, no caso dele existir, e podem também entrar no Seminário sem serem chamados por Deus; *examinar* as suas possibilidades, as suas capacidades ou incapacidades, as suas aptidões ou inaptidões, etc., é um dos grandes deveres do seleccionador.

Mas este trabalho não pode ser obra de um só momento. Exige longos e complicados estudos que só pouco a pouco se podem fazer. É um trabalho essencialmente *progressivo* e que, propriamente, não

² Carta Apostólica «*Maximum illud*», de 30 de Novembro de 1919.

pode fazer-se por saltos, mas deve realizar-se *continuamente* para ser feito com acerto.

Com efeito, se, por um lado, Deus *chama* pouco a pouco, progressivamente, desde os gérmes da vocação até às graças do Sacerdócio; e se, por outro lado, temos de esperar pela *resposta* do homem que também só pouco a pouco, progressivamente, se vai revelando cada vez com mais clareza e precisão, de harmonia com o desenvolvimento das suas capacidades, e, sobretudo, de harmonia com a intenção que o anima, é lógico, é claramente evidente que o seleccionador, usando dos meios de que acima falámos, também só pouco a pouco, progressivamente, pode e deve resolver o problema que lhe é confiado.

Para dar a este problema a solução devida, todo o seleccionador deve conformar-se com a realidade das coisas e deve começar por conhecer, o mais perfeitamente possível, todos os aspectos da questão e todos os dados que previamente lhe são fornecidos em ordem à equação do problema a resolver. Isto quer dizer, mais em concreto, que é indispensável pensar em Quem dá a vocação, nos modos como a dá, nos tempos e lugares em que a dá, como é necessário pensar também em quem a recebe, nos modos como a recebe, nos lugares e nos tempos em que a recebe; pensar, enfim, na resposta que a Deus se dá e nos sinais que a testemunham.

Semelhante trabalho da parte do seleccionador, mais uma vez o direi, requer tempo e só progressivamente se pode realizar.

Mas o *progredir* do trabalho de selecção exige ainda *continuidade*. Não pode fazer-se por saltos, não admite interrupções. Deve existir enquanto Deus chama e Deus chama continuamente; deve persistir enquanto o homem responde, e o homem, afinal, responde em todos os momentos da sua vida, ou afirmativa ou negativamente. Sobre este campo que é o homem sujeito às leis do movimento há certamente dias de sol brilhante, mas também pode haver noites sombrias. Foi de noite que o *inimicus homo* veio lançar cizânia no terreno de Deus. O seleccionador tem de cuidar deste campo, de dia e de noite, desde o tempo das sementeiras ao tempo da colheita. Tem de vigiar sempre, e, até ao fim, não pode fechar os olhos.

— O seleccionador, em primeiro lugar, vigiará de modo contínuo e progressivo o ambiente que rodeia o aluno. De facto, também o ambiente tem as suas idades, os seus progressos, que muitas vezes são «retrocessos», o seu caminhar no sentido do bem ou no sentido do mal. Este progredir do ambiente, qualquer que seja o sentido que tome, é *factor* cuja influência sobre o aluno e sobre o problema da

sua vocação não pode desprezar-se. Pode mesmo acontecer que o ambiente se transforme de tal maneira, e de tal maneira possa influir sobre o aluno, que neste apareçam evidentes sinais negativos, isto é, sinais de que ele não é chamado por Deus. Por exemplo, quando o pai ou a mãe enlouquecem, ou apresentam sintomas de graves doenças denunciadoras de um passado anormal que muito bem pode projectar-se no futuro do filho.

Referindo-me, particularmente, ao ambiente familiar, direi que não podemos descansar sobre o resultado das investigações levadas a cabo (e, por vezes, com que leviandade!) antes dos alunos entrarem no Seminário. Não basta saber, que, nesse momento, a família é saudável física e psiquicamente, que é de boa moral, que está bem organizada; que tem uma situação económica que não pode chamar-se de extrema miséria, que é bem conceituada no meio, etc.; é necessário também acompanhar progressivamente o viver da mesma família durante o longo período de maturação e formação do aluno, conhecer o empenho que os pais, os irmãos, etc., põem na formação sacerdotal do filho, como o defendem dos perigos, como fomentam a sua vocação, com que motivações a promovem. Mais, ainda: é necessário conhecer as garantias que a mesma família oferece relativamente ao futuro do filho, não venha porventura a dar-se o caso de, na mesma família, o futuro padre encontrar causa de vergonhas, ou impedimentos, de diversa natureza, no livre desempenho das suas funções sacerdotais.

Estes conhecimentos são, indubitavelmente, necessários; são um grande *dado*, a ter em conta no problema da selecção. Mas tais conhecimentos só progressivamente se podem obter por meio de contactos com a mesma família. Se não é fácil aos Superiores do Seminário realizar esses encontros, indo às paróquias ou quando os Seminaristas recebem visitas, compete aos párocos conhecer o que se passa e, depois, informar devidamente quem de direito deve ser informado.

Refirí-me particularmente ao conhecimento progressivo do ambiente familiar como condição indispensável para uma acertada selecção das vocações sacerdotais. Mas outros ambientes, de mais largos horizontes, mas por certo não de desprezível influência, merecem as atenções do seleccionador como, por exemplo, o ambiente paroquial; o ambiente dos lugares que o seminarista frequenta; os ambientes de *pensamento* que mais o solicitam e atraem, etc., etc.

Mas acima do estudo progressivo do ambiente feito no sentido de

uma progressiva selecção, é absolutamente indispensável o estudo progressivo da personalidade do aluno no seu característico desenvolvimento, no seu *fieri*, isto é, na sua individual maturação física, psíquica, intelectual, moral, religiosa, sobrenatural, sacerdotal; e, sobretudo, é absolutamente necessário conhecer o modo como o aluno se mostra disponível em cada momento da sua vida; como se esforça por realizar a sua maturação em todos os sectores da sua pessoa; como põe a render os seus talentos; como responde, livre e responsávelmente, ao chamamento divino; como *opta* no sentido de uma recusa, ou como *opta* no sentido de uma total oblação de si mesmo a Deus e à Igreja.

Temos, aqui, um mundo imenso diante de nós, a exigir os mais atentos, os mais demorados e, também, os mais difíceis estudos. Estes só *progressivamente* se podem realizar, com os olhos postos no aluno e nas várias *idades* por que vai passando, tão ricas de esperanças e de... surpresas. Ninguém duvida da premente necessidade de tais conhecimentos, como prévia e indeclinável condição de uma acertada selecção que terá por objectivo primário a escolha dos que se apresentam, realmente, como chamados por Deus, a Quem podem e sabem corresponder, e a rejeição dos que não são chamados ou recusam o chamamento.

A efectiva e conveniente maturação do aluno e a sua pessoal correspondência à graça, ou a falta desta maturação e a falta de correspondência, são os dois pontos básicos de referência para toda a selecção que haja de ser feita com objectividade e acerto. E o acerto e a objectividade podem faltar, quando o seleccionador não estuda, confia apenas no seu bom senso, na sua experiência, no seu «olho clínico» ou, o que é pior, nas suas preferências pessoais, fundadas em simpatias ou antipatias.

A maturação do aluno, em todos os seus aspectos e em cada momento que passa, é um ponto central que há-de prender a atenção dos educadores e seleccionadores de vocações. Igualmente, a sua *correspondência* à graça, em cada momento e em cada situação, é outro centro, e de maior importância ainda, dos seus pacientes estudos. E não se trata de uma atenção ou de um estudo de simples *espectadores*, mas, antes, da atenção e do estudo de avisados e cuidadosos *interventores*.

Numa palavra, o seleccionador de vocações não pode ignorar *as fases da vida evolutiva de cada aluno*. É nesta matéria, de modo particularíssimo, que se exige a sua preparação, uma preparação espe-

cífica na qual não podem, aliás, faltar os outros conhecimentos a que acima fiz referência. E não basta conhecer as ciências que têm por objecto o estudo das fases da vida evolutiva do homem, particularmente a Psicologia. Não basta conhecer teòricamente os fenómenos que essas Ciências descrevem e classificam, as leis que os regem, as causas que os provocam. É necessário aplicar esses conhecimentos ao caso individual que se oferece, lembrados de que o *individuo* é sempre um mundo de imprevistos, com «novidades», «riquezas» e «pobrezas», «valores» e «desvalores» que ficam sempre fora das rígidas e frias classificações da Ciência. Isto não quer dizer que se negue valor às «categorias» apresentadas pelas ciências, quando estas ciências são realmente objectivas; quer dizer sòmente que do abstracto ao concreto a distância é imensa.

Propositadamente não quero entrar neste campo sem fim, sobre o qual se debruçam os Psicólogos, os Médicos, os Psiquiatras... dos nossos dias. Limitar-me-ei a dizer que na biblioteca de um responsável pela selecção de vocações sacerdotais não podem faltar, pelo menos, alguns escolhidos tratados sobre estes assuntos. Depois, obtidos os conhecimentos bastantes, é necessário descer à prática, sem precipitações, sem pressas, sem tomar a nùvem por Juno, mas com toda a prudência e reserva. Quando houver dúvidas, é necessário ser bastante humilde para confessar a própria ignorância, pedir luzes a Deus e recorrer aos especialistas de que já falámas, com as devidas precauções.

Propositadamente, disse, não quero entrar neste campo, nem isso seria possível neste momento, dada a sua vastidão. Mas quero insistir na sua importância, lembrando alguns dos seus problemas.

Antes de mais, um problema de ordem geral. De que depende, afinal, o homem adulto na sua maturidade, no seu modo mais ou menos habitual de ser e de se conduzir? A resposta, à luz da experiência, à luz da ciência e da própria fé, é simples e, ao mesmo tempo, é complicadíssima: depende de mil factores de ordem histórica interna, e depende de mil factores de ordem histórica externa. Depende, depois, da actuação equilibrada ou desequilibrada de todos esses factores. Não obstante ser livre, o homem nunca poderá furtar-se à real influência desses mesmos factores.

Factores de ordem histórica interna são todas as cargas, positivas ou negativas, obtidas por via biológica, passando dos pais aos filhos, segundo determinadas leis que a genética de hoje procura descobrir. Estas cargas virão a dar uma cor especial ao ser do homem pela

influência que exercem, principalmente durante o período da sua maturação. Factores de ordem histórica interna são também as *feridas deixadas* na humana natureza pelo pecado original, desmentindo as doutrinas de Rousseau.

Tudo isto forma um *centro* donde vai surgir o homem de amanhã. No fundo estará sempre a natureza humana, composta de corpo e alma, um *todo* com as suas capacidades activas, com as suas potências, com o seu dinamismo, com o seu progredir específico. Mas sobre esta natureza humana, comum a todos os homens, estão as cargas que podem chamar-se acidentais, mas que são pesadas e podem influir para enriquecer ou empobrecer, para daí resultar, salvas as devidas proporções, o santo ou o criminoso.

Depois, há os factores externos. O ser humano vive num *meio*, tem o seu *lugar concreto*, a sua *situação definida*, e, nesta situação, neste *meio* actua e sofre: sofre as influências variadíssimas, complicadíssimas de tudo e de todos quantos o cercam.

Ninguém ignora, hoje, que certas anomalias, reveladas ao longo da vida, tem a sua origem nos estímulos que se receberam e sofreram na primeira infância. Certos desvios no campo da afectividade, certos atrasos na actividade da inteligência e da vontade, certas hesitações no decidir, certos desvios morais ou no campo religioso, dependem não só de disposições internas, mas também de factores externos, mais ou menos conhecidos.

Isto quer dizer, por outro lado, que não podemos ignorar a chamada Psicologia Dinâmica que nos fala deste problema geral, e que nem sempre se conhece suficientemente. Chamando a nossa atenção para este problema de ordem geral, a Psicologia de Profundidade aponta-nos os factores a que devemos atender e que, pela sua actuação, acertada ou desacertada, tanto influem para a formação do homem. Não é apenas fundados na experiência de cada dia, é fundados também na ciência, que reconhecemos a necessidade dos ambientes sadios e puros para a conveniente formação do homem; e, igualmente, é fundados na Ciência que reconhecemos a necessidade de intervir para que os bons factores internos exerçam a sua boa acção, e os maus sejam educados ou no sentido de uma sublimação possível ou no sentido de uma contradição necessária.

Depois, *quantos problemas particulares, especiais*, no decorrer da vida da criança, do adolescente, do jovem, até ao momento, se este existe, de atingir a maturidade!

O problema da tomada de consciência do «eu»; o problema da

posição perante o mundo; o problema da puberdade com todas as suas implicações, com todas as possíveis crises que o acompanham, com os desvios a que pode dar origem, e, sobretudo, com as exigências que impõe ao educador. E o problema das próprias transformações somáticas e fisiológicas a reflectirem-se na esfera do psiquismo. E o problema ou, antes, os numerosos problemas que surgem no campo dos afectos, das convicções, das crenças, das tendências em geral?

E o problema concreto da resposta do aluno ao chamamento divino; o problema das motivações da sua vontade e do seu comportamento; o problema das cargas afectivas que podem acompanhar as motivações no sentido de as reforçarem na sua autenticidade e no seu valor, ou no sentido de as substituir, para, enfim, deixarem o sujeito à disposição dos ventos que passam ou sopram de momento?

É, realmente, um mundo imenso que se abre diante dos nossos olhos, tão imenso, afinal, como esta pequena realidade que temos de considerar como o que há de mais perfeito na natureza e «*maximam completionem importat*», no dizer de Santo Tomás de Aquino: *a pessoa*.

Pois bem, conhecer o aspirante ao sacerdócio na sua estrutura e no seu dinamismo, no seu ser e no seu fazer-se, nas suas capacidades reais, na dependência em que se encontra, de factores internos e externos, que o movimentam e o encaminham para uma determinada maturidade; conhecer o que se deve a cada um destes factores na esfera do somático e do psíquico, no sector dos sentimentos, dos conhecimentos e das tendências; conhecer os desvios e as crises a que podem dar origem, bem como os remédios apropriados que devem aplicar-se para as curar; conhecer os *valores* pessoais que vão surgindo, ao longo da maturação, para os aproveitar e conhecer também os obstáculos e até as *quedas* para os fastar ou corrigir, tudo isto é, sem dúvida, trabalho delicado, difícil, perigoso até, mas é também trabalho necessário, indeclinável. E é trabalho que só pouco a pouco se pode realizar, é trabalho progressivo.

Por outro lado, o aluno tem direito a que *o deixem falar*. Não é só a sua natureza em maturação que exige espera paciente ao seleccionador, é, de modo particular a sua natureza *livre, a sua liberdade* que requer tempo bastante para ser escutada. Se é certo que Deus o chama progressivamente, também ele progressivamente irá estudando ou escutando esse chamamento para lhe dar uma resposta que irá desde um primeiro tempo de *disponibilidade* até ao último tempo

de *recusa* ou de *total oblação*. Quando esta *recusa* é fruto de uma *séria reflexão e duma responsável* atitude da vontade, o seleccionador deve limitar-se a concordar com ele e ajudá-lo, depois, a dar o passo de saída que se impõe. Quando a *recusa* é obra de voluntárias infidelidades à graça ou resulta de reais incapacidades ou inaptidões para o ministério sacerdotal, o seleccionador deve explicar-lhe que não é o caminho do sacerdócio o seu caminho, e deve, depois, aconselhá-lo a abandonar esse caminho errado ou compeli-lo a sair dele, se tanto for necessário.

Quando, porém, o aluno se encontra em franca e promissora maturação de todos os dotes naturais e sobrenaturais que Deus lhe deu, e, por outro lado, a sua vontade vai respondendo prudentemente, como a sua condição o exige, mas sempre no sentido de uma futura e séria opção, no sentido, quero dizer, de uma total *doação* a Deus e à Igreja, neste caso, o seleccionador positivamente vai fazendo a sua escolha, na esperança de apresentar ao Bispo, *quantum potest humana fragilitas*, um elemento digno de ser chamado à participação no Sacerdócio de Cristo.

Durante a longa maturação do aluno, não podemos esquecer que tem parte importantíssima a acção sobrenatural da graça. Não o podem esquecer os alunos, nem o pode esquecer quem selecciona.

É certo que a maturação do aluno na qual aliás há-de intervir o educador, é, como dizia Sua Santidade João XXIII, no Discurso aos Seminaristas de Roma, em 28 de Janeiro de 1960, um «mover-se para um enriquecimento da mente, que deve abrir-se a tudo que é belo e santo sob a luz de Deus, mover-se para a perfeita purificação do coração, liberto do domínio das criaturas, e por isso apto para compreender quem se alegra e quem sofre; mover-se para as conquistas da experiência que deve robustecer-se e tornar-se madura, em vista das responsabilidades futuras». Mas é certo também o que afirmava Sua Santidade o Papa Pio XII, em discurso preparado para o Seminário Regional delle Puglie: «Em concreto, tornamo-nos sacerdotes, se formarmos uma alma sacerdotal, empenhando incessantemente todas as faculdades e energias *espirituais* para conformar a própria alma com o modelo que é o Eterno e Sumo Sacerdote. Para tal *metamorfose espiritual*, cujas dificuldades se não escondem... deve dirigir-se a obra formadora dos Seminários».

Em resumo: Sendo progressivo o trabalho de Deus que dá, primeiro, os gérmens da vocação e depois concede um conjunto imenso de graças, até à graça final do sacerdócio; sendo progressiva a res-

posta do homem que entra em maturação e só mais tarde atinge a perfeição de livremente se doar, progressiva tem de ser também a selecção a realizar-se.

Neste trabalho, *feito com os olhos em Deus* que chama e dá as suas graças, evitar-se-á toda a espécie de *naturalismo*; e feito com os olhos nos dotes, naturais e sobrenaturais, do aluno e, sobretudo, atendendo às disposições da sua vontade, evitar-se-á toda a espécie de angelismo e de infundado e ingénua espiritualismo.

Este trabalho, aliás, sempre com o auxílio da graça, há-de fazer-se à luz de determinados critérios.

4.^a Parte

CRITÉRIOS DE SELECÇÃO PARA AS DIVERSAS ETAPAS

Para procedermos ao trabalho de selecção das vocações sacerdotais com a segurança que se requer em assunto de tanta importância e tanta responsabilidade, é necessário, antes de mais nada, ter bem presentes no pensamento todas as causas que, extrínseca ou intrinsecamente, influem na vocação e, de facto, a definem.

Deste modo, com os olhos em Deus que chama, na Hierarquia da Igreja que deve verificar a autenticidade deste chamamento; no candidato em quem a vocação divina se manifesta, e no fim do sacerdócio, que é para glória de Deus e salvação das almas, teremos à mão os critérios requeridos para bem seleccionar, isto é, para, de facto, escolhermos os que são chamados por Deus, e podem ser chamados pela Igreja, e para rejeitarmos os que não são objecto desse chamamento, ou dele se tornaram indignos.

De facto, e de harmonia com os ensinamentos da S. C. dos Seminários e Universidades de Estudos, «O sacerdócio tem uma missão tão excelsa, requer *qualidades* tão especiais e confere poderes tão extensos, que não pode deixar de ser fruto de um chamamento especial por parte de Deus... Daqui se segue que tanto o candidato como a Igreja se devem interessar em conhecer a vontade divina: o primeiro, para não entrar de ânimo leve num estado especialíssimo, ao qual, aliás, não pode gloriar-se de ter qualquer direito; a segunda, para não se arriscar a conferí-lo indevidamente a quem não apresenta os requisitos

necessários. A Autoridade eclesiástica tem, pois, a estricte obrigação de examinar a autenticidade do chamamento divino de todos e de cada um dos alunos do Santuário, verificando se eles possuem os dotes necessários para cumprirem digna e eficazmente as funções sacerdotais; é certo, em verdade, que Deus não pode impor deveres e responsabilidades tão grandes sem proporcionar aos que elegeu os meios adequados para cumprirem. Da sua própria idoneidade apresenta o candidato as credenciais; os superiores examinam-nas e logo procedem consequentemente...

«...Os superiores do Seminário... encontram-se investidos de uma dúplice missão: a de educadores... e a... de juizes em virtude da qual devem *verificar se eles* (os alunos) *realmente correspondem*, examinar os progressos e os retrocessos que se registam, as *novas manifestações* que apresentam na sua maturação física e espiritual, as *resistências*, ou talvez as *incapacidades* que opõem à obra de formação»³.

Embora seja verdade que para seleccionar é necessário conhecer todas as causas que, extrínseca e intrínsecamente, influem na vocação e a definem, é certo também, segundo as palavras da Carta citada, que a nossa atenção deve particularmente concentrar-se sobre os alunos para ver «*se eles realmente correspondem*», *apresentando sinais do chamamento divino, mostrando recta intenção e qualidades bastantes para serem chamados pelo Bispo*.

Neste sentido, o exame a fazer pelos «Juizes» ou seleccionadores, terá por objecto imediato a *personalidade completa* do candidato. É o que, aliás, nos ensina a referida Carta da S. C. dos Seminários: «Para o recto juizo sobre a vocação, é indispensável chegar ao conhecimento da *personalidade completa* do sujeito. De facto, podem-se cometer muitos erros considerando qualidades e capacidades, inaptidões e defeitos, isoladamente, e não como manifestações de uma pessoa determinada. Por conseguinte, ao julgar as vocações dos candidatos não se deve partir de um facto singular para se concluir sobre a existência ou não existência de uma vocação, mas antes se deve procurar ver o homem na sua *plenitude*, para, depois, explicar e apreciar, adequadamente as características particulares. E, posto que a *índole* de cada um constitui o elemento fundamental, a partir do qual toda a personalidade recebe as suas luzes e as suas sombras, o

³ Carta ao Episcopado no 3.º Centenário da Morte de S. Vicente de Paulo sobre alguns importantes problemas de formação eclesiástica, emanada da S. C. dos Seminários, em 27 de Setembro de 1960.

maior esforço do educador deverá fazer-se no sentido de estudar e conhecer profundamente o *carácter* dos seus alunos, atribuindo a máxima importância àquela força que é capaz de tantos recursos e que se chama *vontade*. Certas naturezas brilhantes, por exemplo, podem produzir, num primeiro momento, a melhor impressão; porém, faltando-lhes, frequentemente, a constância, não suportando o esforço, ou carecendo da necessária capacidade de resistência, não saberão amanhã vencer as grandes dificuldades da vida, vítimas de uma corrente vertiginosa, muito mais forte do que a sua modesta capacidade volitiva. Outras vezes, um cuidadoso exame pode demonstrar como injustificada a estima concedida a jovens que parecem ser muito *piadosos*, pelos menos com uma piedade devocional, não sendo, por outro lado, dotados de boas qualidades de fundo. Pode tratar-se de uma piedade aparente, inconsciente refúgio de pobreza espiritual e intelectual, que, uma vez mudado o ambiente, mostrará toda a sua debilidade.

«Queremos insistir sobre um ponto: que os educadores andem vigilantes principalmente sobre as *naturezas inconstantes* para discernir se se trata tão somente de inconstância própria da idade juvenil, especialmente notável nos anos da maturação física, ou se, pelo contrário, é defeito constitucional, próprio de certos rapazes que se dedicam a mil coisas sem nenhuma levarem ao fim, irritáveis em excesso, sempre vacilantes e indecisos, que, por isso mesmo, levam à suspeita de que, por debaixo das referidas manifestações, se esconde um fundo neurótico. Tais caracteres — muito embora, por certo, não sejam responsáveis pelo seu estado, pois são, antes, vítimas de um mundo agitado até ao paroxismo — não são realmente os mais aptos para a milícia sacerdotal, a qual exige ténpera sã e robusta, disposta a tudo sofrer e tudo ousar pelo Reino de Deus.

«O aluno deve, por conseguinte, ser examinado a fundo, quer na sua personalidade, quer nas suas múltiplas manifestações, sobretudo na variadíssima gama da esfera psíquica, sentimental e emotiva. Deste mundo espiritual, no qual o encontro do homem com Deus atinge o máximo de responsabilidade pessoal, deve o educador aproximar-se com reverente delicadeza, humildemente, disposto a escutar e esperar e a rogar a Deus para que se digne manifestar a sua vontade. Os meios sobrenaturais deverão ocupar certamente o primeiro lugar, mas não se podem descuidar todos os recursos que a ciência pedagógica e a psicologia podem, por sua vez, oferecer; e quando a experiência própria não basta, consultar-se-á o especialista, sem, con-

tudo, ceder perante doutrinas ou práticas não conformes com os princípios da moral católica».

Desta longa mas altamente esclarecedora citação, podemos concluir que o grande critério a ter em vista para a selecção das vocações e que, de certo modo, resume todos os demais, é o *valor* ou o *desvalor* da personalidade completa do candidato. É sobre ela, considerada como um todo, que incide o chamamento divino, com os dons e graças que o acompanham. É ela, antes de mais ninguém, que há-de *responder* a esse chamamento divino pela sua disponibilidade; pelo esforço activo e constante que há-de pôr na eficaz maturação desses dons e graças que, um dia, atingida a *maturidade*, a tornem apta para ser chamada pela Igreja; pela sua inteira e definitiva doação a Deus e às almas.

É, pois, sobre a personalidade completa do aluno, que havemos de fixar a nossa atenção, para vermos as *intenções* que a animam, as *qualidades* ou os *defeitos* de que é portadora, as esperanças ou as desilusões que nos traz.

Do estudo, sério, demorado e atento, desta personalidade partiremos para a formulação do juízo que, enquanto seleccionadores, temos de proferir. Este juízo só pode ser favorável à ascensão do aluno ao Sacerdócio, quando formulado a partir de argumentos positivos que nos levem à certeza moral sobre a idoneidade do mesmo aluno, conforme o determina o Direito Canónico (can. 973, § 3). Quando esta certeza não existe, devemos seguir a regra fixada por S. S. Pio XI, na Encíclica «Ad Catholici Sacerdotii», expressa nas seguintes palavras, dirigidas aos Directores Espirituais e Confessores, mas válidas também em relação aos Superiores na fôro externo: — «...Intimem aos ineptos e indignos a obrigação de se retirar, a tempo, do Seminário, e na resolução deste assunto atenham-se à *opinião mais segura*, que neste caso é também a mais favorável aos seminaristas, já que os afasta dum caminho que os poderia levar à perdição eterna.

«E, se em algum caso, não aparecer com suficiente clareza o dever de impor essa obrigação, usem ao menos da autoridade que lhes vem do seu cargo e do carinho paterno para com os seus dirigidos, para os induzirem a que deixem espontâneamente essa carreira os que entenderem que não têm as devidas disposições»⁴.

De tudo quanto acima fica exposto, segue-se, naturalmente, que nunca, por maiores e mais prementes que sejam as necessidades da

⁴ Pio XI, A. C. Sac. n.º 113, 114.

Igreja, pode a qualidade sacrificar-se à quantidade. Aliás, a preciosíssima Carta «*Com data de 5 de Junho*» a que me tenho referido, expõe-no com toda a clareza e com toda a urgência.

Postos, à luz do Magistério da Igreja, estes princípios sobre os *critérios gerais* que hão-de ter-se em conta no trabalho de selecção das vocações, *vamos ver, em seguida, como estes critérios se devem concretizar*, tendo em vista os casos, concretos também, em que os alunos se podem encontrar durante as várias etapas das suas vidas.

A ordem que vou seguir não é, por certo, rigorosamente lógica, mas é, segundo me parece, a mais conveniente e apropriada ao fim que temos em vista.

Sabemos, com efeito, que, se é Deus a causa primeira eficiente da vocação — pois é d'Ele que vêm os gérmens desta vocação, os dons naturais e sobrenaturais com que o chamado é, de muitos modos, favorecido e enriquecido — foi, contudo, à Hierarquia da Igreja, ao seu múnus pastoral, que Deus confiou a missão de verificar os *sinais* do chamamento divino, isto é, a missão de verificar quem são os que apresentam credenciais de que foram chamados e souberam ser fiéis; e quem são os que, ou nunca tiveram essas credenciais, ou, tendo-as algum dia, se afastaram pelos caminhos da infidelidade.

Consciente desta missão, a Igreja, com a sua experiência de longos séculos e assistida pelo Divino Espírito Santo, determinou qual a *idoneidade canónica* dos candidatos ao sacerdócio, quais os sinais, as qualidades, as aptidões, as disposições de corpo e alma que devem possuir para serem por Ela chamados a tão alta dignidade.

É, sem dúvida, nestes dotes do candidato; nas suas disposições naturais e sobrenaturais; numa palavra, na sua «*idoneidade canónica*», tal qual é exigida pela Igreja, que todo o seleccionador deve ter postos os olhos em todos os momentos do seu trabalho.

Daqui, o devermos atender, em primeiro lugar, aos critérios seguidos pela Igreja para admitir, ou não, alguém à recepção das ordens.

À luz deste «último momento e última instância» da selecção, poderemos estudar melhor quais os critérios a seguir para a admissão, ou não, dos candidatos ao Seminário, e quais os critérios a ter em vista, para a escolha ou a rejeição dos mesmos alunos, durante a sua vida de Seminário.

1.º

CRITÉRIOS DE SELECÇÃO SEGUIDOS PELA IGREJA PARA CONFERIR, OU NÃO, ORDENS

Julgo não ser necessário, neste momento, embora fosse imensamente vantajoso, dar a este assunto um grande desenvolvimento. Limitar-me-ei, por conseguinte, a recordar, esquemáticamente, os requisitos exigidos pela Igreja para admitir alguém a ordens. A falta deles implica, necessariamente, a não-admissão às mesmas ordens.

Não importa, agora, determinar a origem histórica, a importância maior ou menor, a necessidade mais ou menos vincada desses requisitos. O que, neste momento, nos interessa é conhecê-los, pelo menos, de um modo geral, mesmo sem fazermos referência especial a alguns deles.

A Igreja distingue entre recepção *válida* e recepção *licita* das ordens.

Vàlidamente, segundo a doutrina da Igreja, *só podem ser ordenados* 1) os indivíduos do sexo masculino (can. 968, § 1); 2) que tenham recebido o baptismo (can. 968, § 1); e 3) tenham a intenção pelo menos habitual (implícita) de receberem as ordens.

Licitamente, segundo as determinações da mesma Igreja, *só podem ser ordenados os que*, além de se encontrarem em certas e determinadas condições, a que não me referirei, agora,

1.º) Tiverem *vocação divina*, comprovada, suficientemente, pelos *sinais* de que a mesma costuma ser acompanhada (ausência de defeitos, de alma e de corpo, que impediriam o conveniente exercício das funções sacerdotais; presença de qualidades e dotes, naturais e sobrenaturais, que são indispensáveis para o bom desempenho daquelas funções);

2.º) Os que tiverem *probidade de vida*, manifestada não só de modo negativo (ausência de maus sentimentos, de indocilidade, de impureza, de orgulho, de avareza, etc.) mas, sobretudo, positivamente reconhecida pela presença de virtudes (fé, esperança, caridade, humildade, castidade, obediência, lealdade, assiduidade no trabalho, etc), (cfr. can. 974, § 1);

3.º) Os que tiverem *recta intenção*, com tudo o que ela exige

e implica (liberdade, sinceridade, autenticidade, séria e digna motivação, etc.);

4.º) Os que *manifestarem* à Hierarquia o *propósito* de se ordenarem (can. 992);

5.º) Os que já estiverem *confirmados* (can. 974, § 1, 1.º);

6.º) Os que tiverem a «idade canónica» que a Igreja prescreve (can. 974, § 1, 3.º);

7.º) Os que tiverem a *devida ciência*, conforme o Direito Canónico (can. 974, § 1, 4.º), e os Documentos da Igreja, principalmente as Encíclicas papais e as determinações da S. C. dos Seminários e Universidades dos Estudos, o exigem;

8.º) Os que tenham feito os necessários exercícios espirituais;

9.º) Os que estiverem em graça para

10.º) Comungar na missa da Ordenação;

11.º) Os que estiverem *imunes* de irregularidades, quer por defeito quer por delicto.

Consideram-se irregulares, *por defeito*, os filhos ilegítimos ainda não legitimados (defeito de nascimento ou origem); os cegos, surdos, mudos, coxos, os carecidos de membros que são necessários para o cabal desempenho das funções sacerdotais, os atingidos por doenças repugnantes, como a lepra, os notavelmente disformes, como os de estatura muito baixa, etc. (defeitos do corpo); os dementes, os epilépticos, os possessos... (defeitos da razão); os que contraíram matrimónio válido mais de uma vez (defeito de sacramento); os infames por infâmia de direito, por exemplo, os cismáticos que aderiram públicamente a uma seita acatólica, etc. (defeito da fama); os que, sendo juizes, proferiram uma sentença de morte, ou os que exerceram a função de carrasco (defeito de brandura e mansidão).

Consideram-se irregulares, *por delicto*, os que delinquiram 1.º) *contra a fé* (os apóstatas, os herejes, os cismáticos); ou 2.º) *contra os sacramentos* (os que, fora do caso de extrema necessidade, receberam o baptismo da mão de acatólicos conscientemente; os que só pelo civil se casaram...; os que exerceram um acto do sacramento da ordem que lhes não era permitido...); ou 3.º) *contra a vida* (os que praticaram um homicídio voluntário, ou provocaram realmente, *effectu secuto*, um aborto, ou se mutilaram ou mutilaram outros, ou tentaram suicidar-se, etc.).

12.º) Para a *lícita* recepção das ordens é necessário, ainda, estar *imune de impedimentos*.

Consideram-se *impedidos* 1.º) os filhos de acatólicos, enquanto

os pais permanecerem no erro, e os neófitos, enquanto não forem, a juízo do Ordinário, suficientemente experimentados (impedimento da fé);

2.º) Os casados enquanto tiverem viva a esposa; os escravos, etc. (impedimento da liberdade);

3.º) Os infames, por infâmia *de facto*, enquanto, a juízo do Ordinário, essa infâmia perdura (impedimento da fama).

Este conjunto de requisitos exigidos pela Hierarquia para chamar alguém à recepção das ordens, são *outros tantos critérios* que devemos ter em vista, já muito antes de chegar o momento da ordenação. É certo que nem todos se podem aplicar, nem, muito menos, todos se podem usar de modo idêntico, quando se consideram as várias etapas por que vai passando a vida do candidato. Seria ridículo, por exemplo, perguntar se um menino que está para entrar no Seminário, já tem a «idade canónica» para receber a tonsura, ou, mesmo, se já está confirmado.

Contudo, será sempre com os olhos postos na possível e esperada verificação destes requisitos, que havemos de atender à personalidade do aluno, da qual falámos acima. Neste sentido, os critérios de que a Igreja se serve para admitir ou excluir das ordens, serão para nós uma grande fonte de luz, senão todos, em cada momento que passa, pelo menos uma grande parte deles, aplicados, aliás, como devem ser, isto é, com a devida atenção que nos merece a *idade* dos alunos e as reais possibilidades de que é capaz a sua natureza em fase de crescimento.

É o que vamos examinar em seguida.

2.º

CRITÉRIOS DE SELECÇÃO PARA A ADMISSÃO AO SEMINÁRIO

Vista da parte do homem, campo em que Deus lança as «semina apostolatus», as sementes do apostolado, como se exprimia S. S. Bento XV, na Carta Apostólica «Maximum illud» de 30 de Novembro de 1919, a vocação tem um nascimento próprio, característico, como terá, depois, um determinado e específico desenvolvimento que, por sua vez, irá atingir a maturidade que a Igreja exige nos que se apresentam para a recepção das ordens.

Daqui, a necessidade de saber como se processa o nascimento da

vocação, que *sinais* a denunciam, que *manifestações* a acompanham. Daqui, também, a necessidade de critérios à luz dos quais possamos julgar do *valor* ou *desvalor* desses sinais ou manifestações, e, por isso mesmo, do valor ou desvalor ou, melhor, da autenticidade ou não-autenticidade de tal nascimento.

Limitando o nosso estudo ao caso do nascimento da vocação e à consequente admissão ao Seminário daqueles que dão sinais do seu aparecimento, veremos, em primeiro lugar, os ensinamentos da Igreja a este propósito. para deles tirarmos, como é nosso dever, as regras práticas que havemos de seguir.

a) *Documentos do Magistério*

Vem de longe a doutrina da Igreja sobre esta matéria. Para não recuarmos demasiadamente no tempo, contentamo-nos em lembrar algumas disposições do Concílio de Trento. Falando, no can. 18 da sessão XXIII, da instituição de colégios, cada um dos quais haveria de ser «*Dei ministrorum perpetuum seminarium*», determina o Concílio que neles sejam recebidos «*qui ad minimum duodecim annos et ex legitimo matrimonio nati sint, ac legere et scribere competenter noverint, et quorum indoles et voluntas spem afferat, eos ecclesiasticis ministeriis perpetuo inservituros*».

O «Catecismo Romano», publicado em 1566, por ordem de S. S. Paulo V, falando da vocação para a vida eclesiástica, afirma que tornar-se alguém sacerdote sem essa vocação é um verdadeiro mal «*quo quidem hominum genere nihil infelicius, ac miserius, nihil Ecclesiae Dei calamitosius esse potest*». Ninguém se deve aproximar do sacerdócio com outros fins que não sejam a glória de Deus e a salvação das almas. «*...Tamen quaestus et lucri causa ad altare accedere maximum sacrilegium est*», porquanto «*qui Ordinis Sacramento initiari volunt, hoc sibi proponant opus est, ut non solum Dei gloriam in omnibus rebus quaerant..., sed etiam, ut alicui certo Ecclesiae ministerio addicti, in sanctitate et justitia illi serviant*».

S. Carlos Borromeo, nas suas «*Institutiones ad universum Seminarii regimen pertinentes*» (1582), escreve: «*Maxima cautio adhibenda est in eo praecipue, ut idonei clerici in Seminario recipiantur, neque solum ingenium et habilitas ad studium litterarum functionesque ecclesiasticas exercendas spectetur, sed multo magis morum ac disciplinae in singulis ratio habeatur. Quales enim fuerint qui admittuntur, tales prorsus a Seminario fructus existent*».

O Código de Direito canónico (can. 1363, § 1) estabelece o seguinte: «In Seminarium ab Ordinario non admittantur nisi filii legitimi quorum indoles et voluntas spem afferant eos cum fructu ecclesiasticis ministeriis perpetuo inservituros».

Citando este can. 1363, § 1 do Código, a Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades dos Estudos, em carta circular de 8 de Setembro de 1935, acrescentava: «Quod sperare non licet nisi iidem... exhibeant: a) morum integritatem; b) voluntatem bonam, peculiarem pietatem atque erga Ecclesiam sacrasque res proclivem animum; c) sufficientem ingenii vim...»

S. S. Pio XI, na Encíclica «Ad Catholici Sacerdotii», de 20 de Dezembro de 1935, fala-nos dos *sinais* que nos permitem «distinguir e descobrir quais são os chamados por vocação divina ao sacerdócio».

«Essa vocação sacerdotal... mais que num íntimo convite da consciência ou numa atracção sensível, que às vezes podem faltar, revela-se na boa índole e na recta intenção dos aspirantes ao sacerdócio, unida àquele conjunto de qualidades do corpo e da alma que os torne idóneos para o sagrado ministério.

«Quem aspira ao Sacerdócio unicamente com a nobre intenção de se consagrar ao serviço de Deus e à salvação das almas, e ao mesmo tempo já adquiriu ou se esforça por adquirir a sólida piedade, a castidade a toda a prova, e a ciência conveniente... esse mostra ser chamado por Deus ao ministério sacerdotal.

«Mas quem, pelo contrário, forçado talvez por pais mal aconselhados, quisesse abraçar este estado, fascinado pela perspectiva de vantagens e comodidades terrenas, entrevistas ou esperadas no Sacerdócio...» esse não nasceu nem foi feito para o Sacerdócio.

S. S. Pio XII, na Exortação «Menti Nostrae», de 23 de Setembro de 1950, fala-nos da necessidade de recrutar novos operários, da necessidade de orar pelas vocações e suscitar entre os fiés uma grande estima pelo Sacerdócio, especialmente pela santidade de vida, e escreve, finalmente: — «Todo o sacerdote deve esforçar-se por ser e mostrar-se como um exemplo de vida sacerdotal, para que aos jóvens que atrai e nos quais vislumbra os sinais do divino chamamento, possa constituir ideal a imitar.

«Esta selecção cuidadosa e prudente desenvolva-se continuamente e em toda a parte... também entre aqueles (jóvens) que completaram os seus estudos em outras partes, e de modo particular entre aqueles que prestam a sua colaboração nas várias actividades do apostolado católico...»

«Carece, porém, examinar sempre diligentemente cada um dos aspirantes ao sacerdócio, para se ver com que *intenções* e por que causas tenham tomado semelhante resolução. De modo especial quanto se trata de crianças, é preciso investigar se eles se acham dotados dos necessários dotes morais e físicos, e se aspiram ao sacerdócio unicamente levados pela sua sublimidade e pela utilidade espiritual própria e alheia...

«...Chamamos a vossa atenção sobre as condições de idoneidade física... Examinem-se, portanto, com particular atenção, as qualidades físicas dos candidatos, recorrendo ainda, se preciso, ao exame por médico avisado. Com esta escolha das vocações, feita com zelo e prudência, Nós confiamos que surja por toda a parte uma escolhida e numerosa falange de candidatos ao sacerdócio».

O «Primeiro Sínodo Romano», realizado em 1960, no seu número 467, § 1, diz o seguinte:

«Autequam adolescens aliquis in Seminarium recipiatur, diligens investigatio fiat de ipsius moribus, pietate, indole, valetudine, deque familiae statu».

Em 18 de Janeiro de 1960, em Carta enviada ao Cardeal Arcebispo de Guadajara e aos Ex.^{mos} Arcebispos e Bispos do México, a S. C. dos Seminários dizia o seguinte:

«Os Superiores deverão ter cuidado especial em examinar os dotes morais dos jovens candidatos, despedindo do Seminário a quantos, ainda que seja em tenra idade, apresentam certas conhecidas tendências que se conformam mal com a vida austera do sacerdote. A este propósito será de não pouca importância o conhecimento exacto do ambiente do qual procede o Seminarista. Desejaríamos, por conseguinte, recordar aos párocos a obrigação grave em que se encontram de proporcionar aos Superiores informações precisas sobre os candidatos, tendo diante dos olhos apenas o bem da Igreja, e não fins humanos e pessoais. Deste modo se tornarão valiosos colaboradores na obra educadora dos Superiores, de si tão difícil».

Deste trabalho dos párocos, que não há-de, por certo, limitar-se a darem informações sobre os alunos que já ingressaram no Seminário, mas há-de consistir também na efectiva realização acertada da selecção prévia à entrada do Seminário, fala-nos ainda S. S. Pio XII na já citada Exortação «Menti Nostrae», quando diz: «Devem igualmente ter como a coisa mais querida e grata o *encontrar* e *preparar* para si um sucessor, dentre os jovens que reconhecem possuir os dotes necessários» (n.º 77).

Finalmente, S. S. Paulo VI, na Carta Apostólica «Summi Dei Verbum», de 4 de Novembro de 1963⁵, escreve:

«Qual é o sinal mais característico, indispensável, da vocação sacerdotal?... Indubitavelmente é a recta intenção, a vontade clara e decidida de se consagrar inteiramente ao serviço do Senhor... Porém, se para a aceitação no Seminário é suficiente que os jòvenzinhos revelem, pelo menos, um primeiro gèrmen de recta intenção e de índole idónea para o sagrado ministério e para cumprir as obrigações que o acompanham, para a admissão às ordens...» etc.

b) Regras a seguir na prática

São densos de pensamento os documentos do Magistério acima referidos. Importa ver, agora, quais são os critérios, por assim dizer, *imediatos* que na prática se devem seguir quando se trata de seleccionar vocações sacerdotais.

1 — Antes de mais, notemos que desses documentos se deduz a necessidade de uma selecção que há-de fazer-se antes da entrada no Seminário. Julgo dever insistir sobre a necessidade desta *prévia selecção*, justificada por muitas razeões, como ainda veremos, e por mais esta: Na sua falta, ou no facto de não ser devidamente feita, encontra-se, sem dúvida, uma das explicações mais convincentes do grande número de defecções e desistências que se verificam nos Seminários.

Da obrigação dos párocos no que diz respeito a esta primeira selecção das vocações, os documentos citados, e muitos outros que poderíamos recordar, são explícitos e suficientemente claros.

2 — Nesta *prévia* e indispensável selecção, o estudo atento e diligente dos párocos, e de todos os demais responsáveis, terá por objecto uma dupla realidade: a *pessoa do aspirante*, e o *ambiente donde o mesmo procede*.

a) Começemos pelo ambiente de origem. O «Primeiro Sínodo Romano» ordena, como já vimos, que se faça «uma diligente investigação... sobre o estado da família».

A família chama o Segundo Concílio do Vaticano «o primeiro Seminário» (Decr. *Optatam*, n.º 2), e já antes S. S. Pio XI, na Encí-

⁵ Cfr. «Seminarium» nova série, 4, (1963).

clica *Ad Catholici Sacerdotii* (n.º 129), tinha afirmado que é a família «o principal e mais natural viveiro onde devem germinar e desabrochar as flores, que se hão-de desenvolver no Seminário...»

A razão de ser daquela «diligente investigação», a que se refere o «Primeiro Sínodo Romano», é, de si, tão evidente que dispensa qualquer justificação especial, neste momento. «O que o berço dá, a tumba o tira», diz a sabedoria popular, que, neste caso, é verdadeira sabedoria.

Sendo a família «o primeiro Seminário» e «o principal e mais natural viveiro» das vocações, é indispensável atender ao seu estado, à sua vida, à sua boa ou má organização, a tudo enfim que possa influir, para bem ou para mal, na pessoa do aspirante. Este sairá daí marcado para toda a vida.

— Antes de mais, é necessário conhecê-la sob o aspecto de saúde, quer física quer psíquica.

É sabido que existem *anormalidades*, nas várias zonas da personalidade humana, que passam de pais a filhos, seja qual for o mecanismo que preside à sua transmissão. A Instrução da Sagrada Congregação dos Sacramentos, de 27 de Dezembro de 1930, tinha motivos, sem dúvida, para fazer esta significativa pergunta: «Há na família sinais de qualquer doença, sobretudo de doença mental e de costumes suspeitos, e tais indícios permitem prever a existência de qualquer grave atavismo?» E, antes, já tinha perguntado: «mostra-se inclinado a beber mais do que é habitual... a beber licores?» Estas duas perguntas apontam, com justiça, a *hereditariedade alcoólica* e a *hereditariedade mental*. As doenças graves da família que podem transmitir-se, de qualquer modo, aos filhos, bem como as taras que nessa família se encontram, as loucuras, as epilepsias, as nevroses, as psicoses, a sífilis, o alcoolismo, as taras sexuais, etc. são realidades que não podem desconhecer-se.

Por outro lado, famílias mal organizadas, com os pais separados, desavindos, em contínua guerra, agredindo-se, maltratando-se por palavras e obras, num ambiente de contínua agressividade... não podem ser viveiros sadios onde nasçam e possam crescer vocações sacerdotais. Nem podem ser consideradas tais as famílias onde há ladrões, pais ou irmãs que vivem de expedientes pouco honestos; enfim, famílias sem moral digna, sem consciência delicada, sem amor ao trabalho, por mais humilde que seja, sem reputação limpa no meio em que vivem, não podem ser consideradas como campo propício ao germinar de vocações.

Talvez não seja conveniente recrutar candidatos ao sacerdócio em famílias economicamente miseráveis, embora os pobres não devam ser excluídos, por princípio. Contudo, neste último caso, é necessário que se mantenha o espírito de pobreza, a modéstia do viver, e não se envie para o Seminário um filho na previsão de futuras riquezas ou notáveis melhorias de situação, quando a este filho falta a recta intenção indispensável.

De modo particularíssimo, é necessário atender à vida sobrenatural da família: se vive em espírito de fé, esperança e caridade; se cumpre, ou não, os mandamentos de Deus e frequenta os sacramentos e se se entrega à oração, como vê a Igreja e a estima, etc. Nem deve desconhecer-se como na família se educam os filhos. Crianças tratadas com demasiada aspereza, com brutalidades, em ambiente de terror servil, podem lembrar-se de entrar no Seminário, à maneira de quem procura uma evasão libertadora. Estas crianças, tratadas com excessivo rigor, porventura injustamente castigadas, privadas dos necessários cuidados e carinhos, podem ser os doentios sentimentais de amanhã que procuram compensar-se em amizades pouco recomendáveis.

Sobre a motivação da vocação, aconselhando aos filhos a ida para o Seminário, é bom saber também que razões apresentam os pais para os guiar para aí: se são razões sobrenaturais, ou se, apenas, motivos puramente humanos e terrenos.

Numa palavra, dada a importância do ambiente familiar relativamente ao futuro dos filhos; sabendo quanto esse ambiente, com tudo o que o constitui, pesa e influi na formação da personalidade dos mesmos, é indispensável conhecê-lo bem, em todo o seu valor ou devalor, antes de se proceder ao trabalho de selecção das vocações. Seminaristas que não venham de famílias capazes, com saúde física e psíquica, com vida moral, religiosa e sobrenatural digna, a todos os títulos, vida verdadeiramente virtuosa e cristã em todas as suas manifestações, só por milagre virão a ser bons padres.

b) Depois do estudo sério da família, o estudo da pessoa do aspirante: dos seus costumes, da sua piedade, da sua índole, da sua vontade, das suas capacidades intelectuais, da sua saúde etc. Com os olhos postos nestas múltiplas facetas da personalidade do aspirante, apreciá-las-emos segundo o critério do seu valor ou devalor para a vida sacerdotal.

— Começemos pela saúde. Antes de mais, requer-se que o aspi-

rante seja actualmente saudável e dê esperanças de que a saúde se há-de manter pela vida fora.

Em primeiro lugar, é necessário que o aspirante dê esperanças de que venha a ser um homem *fisicamente saudável*. É evidente que «a vida de padre» nos tempos que passam exige esta saúde de modo inequívoco.

Homem do Sacrifício e dos sacrifícios, o padre deve ser saudável para exercer, de modo conveniente e eficaz, o seu ministério.

Além disso, a sua posição na Igreja, a dignidade que o sacerdócio lhe confere e as responsabilidades que lhe impõe no contacto com as coisas sagradas e com as almas, exigem do futuro sacerdote uma saúde mental e um equilíbrio psíquico a toda a prova.

Por estes motivos, é inteiramente justificado o exame médico dos candidatos ao Seminário, bem como a repetição deste exame ao longo da vida que no Seminário vai passar. Como ainda se justifica, e com mais forte razão, o exame a fazer por um psicólogo-psiquiatra, no caso de haver suspeitas fundadas sobre a saúde psíquica do aspirante ou dos seus antepassados e próximos familiares: pai, mãe, etc. Este exame não pode dispensar-se quando as suspeitas surgem no Seminário, onde o aspirante já se encontra. Nem deveria dispensar-se, quando se julgasse conveniente, ou necessário, antes da admissão. Com efeito, não deverão admitir-se os que sofrem de graves desequilíbrios nervosos actuais, ou fundamentalmente possíveis no futuro. O problema da hereditariedade alcoólica ou mental, ou sob qualquer outro aspecto com que se apesente, é um problema sério. Os «originais», os mitómanos, os instáveis, os deprimidos, os melancólicos, os neurasténicos, os neuróticos, os perversos, os histéricos, etc., etc., devem ser afastados porque realmente não servem, nem podem dar esperanças de servir mais tarde. E neste caso as demoras são sempre perigosas.

— Outra faceta a considerar, na personalidade do aspirante, é a sua *capacidade* ou *incapacidade intelectual*. Também aqui, devemos ter os olhos postos no futuro, e ver que esperanças podemos colher deste exame. Por certo, já interessa saber como decorreram os primeiros estudos, em que tempo os fez e com que aproveitamento; mas interessa muito mais conhecer as qualidades da inteligência do aluno, a sua curiosidade específica, a facilidade com que apreende, e, acima de tudo, a rectidão e objectividade com que *julga* das coisas. No futuro, mais do que o ver e compreender com lucidês e perspicácia, é necessário o julgar com os olhos postos na realidade das coisas, e não

se deixar levar por cargas afectivas, quase sempre enganadoras, ou por qualquer interessado subjectivismo. É claro que se não pode exigir muito da idade em que o aspirante se encontra, mas é certo também que alguma coisa podemos e devemos saber a este propósito.

— Outro sector, que merece a nossa melhor atenção, é o *comportamento moral* do aspirante. O comportamento moral que se tem na infância, a prática das virtudes e as quedas nos vícios, o amor ou a falta de amor ao dever, as atitudes que se tomam perante superiores, iguais ou inferiores; a estima ou a falta de estima pelos companheiros e pelos vizinhos, etc. Tudo isto há-de pesar no futuro da personalidade a formar. Uma consciência mal formada na infância, é terreno propício para a formação de perigosos complexos, como, por exemplo, o complexo de culpa que irá originar incuráveis melancolias e escrúpulos pela vida fora. Uma vida pervertida em tenros anos leva facilmente às grandes perversões que tiranizam e escavizam o indivíduo no futuro.

Aspirantes maliciosos em palavras, gestos ou acções; aspirantes desobedientes aos pais e aos outros superiores — por desobediências, evidentemente, que não tenham justificação na idade, mas sejam, antes, fruto de enraizados orgulhos ou perigosos caprichos —, aspirantes que, já na infância, se mostrem inclinados à preguiça, ou de qualquer modo se conheçam como vítimas de alguma corrupção moral, não devem nem podem ser admitidos.

— Particularmente haverá que prestar atenção à *vida sobrenatural* do aspirante: se é, ou não é, piedoso, de harmonia com a sua idade; se frequenta os sacramentos; se ora com atenção bastante; se se interessa, sempre de harmonia com a sua idade, pelas coisas da Igreja, pelo respeito devido aos sacerdotes, etc. Não significa, tudo isto, que se exija do aspirante ao sacerdócio, uma vida ascética perfeita. O que se requer é que tenha já um modo sobrenatural de viver que dê fundadas esperanças de se interessar a sério pelas coisas da piedade, de modo a realizar mais tarde a formação sobrenatural exigida. Sobretudo, é necessário ver se a sua vida de filho de Deus é *espontânea*, sem deixar de ser livre, e não forçada e hipócrita. Para isso atender-se-á ao valor da sua índole e da sua vontade.

— O *exame da vontade* do aluno, das suas propensões e motivações, das cargas afectivas que as podem acompanhar, é, sem dúvida nenhuma, um dos pontos mais centrais e essenciais para a investigação do seleccionador.

Em primeiro lugar será necessário conhecer se o aspirante é

dotado, ou não, de uma *boa vontade*, como diz um dos documentos acima citados. Boa vontade não é somente a vontade forte, decidida, de um momento ou de alguns momentos. Boa vontade é, sobretudo, a vontade constante que terá, por certo, altos e baixos, desânimos e entusiasmos, mas, apesar de tudo, é persistente, contínua, de certo modo tenaz no seu mover-se para o bem.

Tratando-se do ingresso no Seminário, é necessário, antes de mais, que se respeite a criança, e nunca, e ninguém, a engane. Neste caso, mais do que em qualquer outro, «maxima debetur puero reverentia». A criança pode ser enganada pelos pais que, sem ela se atrever a contradizê-los, a enviam para o Seminário, sem darem explicações a ninguém, mas com a feia intenção de que ela, aproveite dos estudos, que aí se fazem com menores despesas, para depois seguir outra vida. Pode ser enganada pelos pais quando *a vocação é deles*, e não do filho, isto é, quando eles queriam ter um filho padre, porque é bonito, porque será, mais tarde, rendoso, porque é tradição de família, etc. A criança pode ser enganada por outros.

Mas a criança nunca pode ser enganada por ninguém. O que é necessário é esclarecê-la sobre a vocação em geral, perguntar-lhe, prudentemente, o que deseja ser mais tarde, falar-lhe mesmo na possibilidade de ser padre, mas se livremente o quiser ser, sem que ninguém queira tomar a decisão por ela. E se a criança, longe de se ver constrangida por qualquer circunstância, diz que sim, é necessário depois não lhe esconder as dificuldades da vida sacerdotal, sem exageros, certamente, pintando tudo, desde já, com cores de Calvário; mas também sem esconder, pelo menos, as dificuldades mais próximas: a vida de Seminário, com os seus horários e trabalhos, o comportamento melhor que se lhe exige, certas renúncias que terá de fazer, etc.

A criança esclarecida, conforme a sua idade o permite, pensará, perguntará talvez qual a missão do padre, para que existe na Igreja, etc., e, mais uma vez esclarecida, tomará a sua *primeira* resolução, fará a primeira opção: ir para o Seminário. Será ela a escolher, a optar, e ninguém escolherá em seu nome ou fazendo as suas vezes. Nesta opção pessoal sentir-se-á, sem dúvida, a acção da graça: será o começo do germinar das «sementes do apostolado», será o primeiro passo em frente dos gérmenes da vocação divina.

Neste primeiro passo, dado em frente com responsabilidade pessoal, haverá motivações da vontade.

Sua Santidade Paulo VI, no documento acima citado, dizia: «para a aceitação no Seminário *é suficiente que os juvenzinhos revelem*,

pelo menos, um primeiro gérmen de recta intenção e de índole idónea, etc.

Este «primeiro gérmen de recta intenção» que se requer — o documento diz «pelo menos» — supõe a liberdade acima referida, supõe que a criança é sincera na escolha que faz, e supõe que o faz *por motivos ou razões* que, para ela, tem o peso bastante para optar.

Que motivos poderão ser estes, para que se fale de *recta intenção*? É muito difícil defini-los na sua realidade concreta, mas o que é certo é que não podem ir de encontro ou estar em contradição com os motivos autênticos que fazem *recta* a intenção. Por outro lado, embora os motivos *próximos e imediatos* que movem a vontade do aspirante a optar pelo sacerdócio sejam os mais variados, é necessário que sejam sempre honestos em si mesmos, estejam de harmonia com os mediatos e últimos, e de certo modo, implicitamente ao menos, os incluam.

O «primeiro gérmen de recta intenção» pode existir, segundo creio, na vontade de ser padre «conforme aquilo que o padre deve ser».

Entrar no Seminário por motivos exclusivamente terrenos: para levar melhor vida, para ter uma posição na sociedade, para comer melhor, para vestir com mais esmero, para gozar de qualquer modo; para ganhar a vida sem calejar as mãos, para fazer a vontade de um pai que tirânicamente ordena, ou para não desgostar a mãe que, levada de falsa piedade, se lamenta e lamuria... é coisa que se não deve admitir

Por outro lado, seriam de recriminar os pais que afastassem os filhos que dão sinais de vocação. A este propósito lembram-se as palavras de S. S. Paulo VI, em Mensagem aos Seminaristas, com data de 4 de Novembro de 1963⁶: — «O dom da vocação é segredo de Deus, é certo; mas não seja vileza, não seja preguiça, não seja pusilanimidade, não seja sordidês, não seja impureza, filhos caríssimos, aquela que dele priva almas juvenis, que o pensamento de Deus teria feito puras e fortes para o ministério do seu reino».

É certo, porém, que a vocação não tem uma idade fixa para se fazer sentir e os caminhos de Deus não são os nossos. Às vezes, pode a sua Providência permitir que no Seminário entrem, por caminhos tortuosos aqueles que são objecto da sua escolha. Também com estes

⁶ *Seminarium*, nova série, 4 (1963).

casos temos de contar. Mas nunca é demais sermos avisados, nem as excepções permitem pôr de lado a prudência.

A propósito da vontade e da recta intenção suficientes para a entrada no Seminário, direi uma palavra sobre a tão discutida atracção» de que nos falam alguns tratadistas.

O termo parece-me equívoco. Porém, no caso que nos ocupa, notarei apenas o seguinte. Se nos mantivermos na esfera da vontade, enquanto esta é faculdade ou potência de tender para o bem, apreendido pela inteligência, parece-me que nunca poderemos deixar de falar de uma atracção, precisamente aquela que o bem finalisticamente exerce sobre a vontade, salva, aliás, a liberdade. Sempre que há um acto de vontade, esta é *atraída*, livremente, *pelo objecto*. «Mostras uma noz a um menino e atrais o menino» dizia Santo Agostinho. Por outro lado, se considerarmos o acto da vontade na ordem sobrenatural, precisamente enquanto acto sobrenatural, não lhe falta a «moção» da graça, moção que poderia chamar-se «atracção sobrenatural», ou ordinária ou extraordinária.

Se, porém, passarmos para a esfera dos sentimentos, da afectividade, pelo termo «atracção» poderíamos significar um certo «gosto» um certo «prazer» sensível ou espiritual que nos inclinasse para um determinado objecto ou ajudasse neste sentido a nossa vontade. Esta «atracção» não pode confundir-se com a «atracção» exercida pelo bem sobre a vontade, embora muitas vezes aconteça que andem juntas, como também pode acontecer que andem separadas, e até, se encontrem em franca opposição. Quantas vezes é sem «atracção» da parte da nossa afectividade, mas antes com «desprazer», que somos *atraídos* para o cumprimento do dever. Custa-nos, não sentimos «gosto», mas cumprimos, pois que o dever nos «atrai».

Que a «atracção afectiva» seja conveniente, ninguém o duvida; que ela seja *indispensável* para existir «vocação» e «recta intenção», não o podemos admitir.

Resumindo, permito-me citar «o critério sintético»⁷, apresentado pela Comissão Episcopal dos Seminários de Espanha, no «Regulamento Disciplinar, Plano de Estudos e Regulamento Escolar», publicado em Valladolid, em 1941, e aprovado pela S. C. dos Seminários em carta de 22 de Novembro de 1940, antes dessa publicação. Diz assim: «conviria adoptar como critério sintético de admissão:

⁷ Comision Episcopal, Reglamento, págs. 60 e 65.

- 1) Que seja menino de bom físico;
- 2) de bom talento;
- 3) verdadeiramente piedoso;
- 4) de família realmente cristã e com boa fama;
- 5) de instrução elementar completa;
- 6) de coração são e inclinado para o sacerdócio;
- 7) de família remediada ou pobre, mas não miserável».

3.º

CRITÉRIOS DE SELECÇÃO A USAR DURANTE A VIDA DE SEMINÁRIO

Num discurso que tinha preparado para o Seminário Regional delle Puglie, S. S. Pio XII escreveu as seguintes palavras sobre o que deve ser o padre, tal qual o próprio povo cristão o exige: «...Um homem distinto dos outros por dotes e virtudes mesmo naturais, uma pessoa superior por qualidades intelectuais e morais, por isso, culto, inteligente, equilibrado nos juízos, seguro e calmo no agir, imparcial e ordenado, generoso e pronto para o perdão, amigo da concórdia e inimigo do ócio, numa palavra, o «perfectus homo Dei».

Repetidas vezes, em seus discursos, S. S. João XXIII, fala de «robustês de carácter», de «homens fortes e resolutos»; da necessidade de o padre não ser «um impulsivo, um sentimental, um homem parcial, fechado, tímido, triste, um medíocre».

Por seu lado, S. S. Paulo VI, na Carta Apostólica «Summi Dei Verbum», escreveu: «Para a admissão a Ordens... os candidatos devem apresentar-se ao Bispo... com uma tal *maturidade* de santos propósitos e de progresso na piedade, no estudo e na disciplina que lhe dê a certeza moral de ter diante de si o eleito do Senhor».

Nestas palavras dos últimos Romanos Pontífices temos o *retrato da personalidade* do padre, como a Igreja e Deus a exigem.

É para a sua *realização* que tudo no Seminário deve tender, e é, por isso, que o Bispo, conforme o can. 1357, § 2, deve vigiar sobre a formação literária, científica e eclesiástica que aos alunos se dá, bem como tomar conhecimento da índole, piedade, vocação e aproveitamento dos mesmos alunos.

Para a realização desta personalidade, própria do *perfectus homo*

Dei, deve dirigir-se o esforço de todos os Superiores e particularmente o esforço generoso dos alunos.

Isto quer dizer que, no Seminário principalmente, não podem separar-se, de modo nenhum, o trabalho de selecção do trabalho de formação. Para seleccionar não basta *observar*, é necessário, primeiro, *cultivar*. Cultivar para *aproveitar*, para escolher e aperfeiçoar, cada vez mais, os que dão esperanças de virem a ser bons operários do Reino de Deus; cultivar para, infelizmente, *rejeitar*, quando a cultura se arruina, quando as sementes da vocação murcham e secam, ou quando, já desabrochadas, por qualquer razão são comidas pelas aves do Céu ou sufocadas pelos espinhos das paixões ou, ainda, ressequidas por falta de seiva, por falta de correspondência à graça de Deus.

Supondo que se dá, da parte dos Directores Espirituais e da parte de todos os Superiores, a formação devida, quais os critérios a seguir, de harmonia com as idades, para a escolha dos que dão esperanças, e para a rejeição dos que dão provas de não servir?

Todos os critérios a que me referí acima, ao tratar da admissão, devem *ser usados*, servatis servandis, durante os longos anos de passagem pelo Seminário. No uso destes critérios uma das facetas mais importantes a observar na personalidade em maturação do aluno é a sua *correspondência ou não correspondência* ao chamamento divino e às graças que lhe são dadas, externa e internamente.

Além disso, em qualquer fase da vida do aluno, mais afastada ou mais próxima do fim, é necessário atender aos critérios que a Igreja estabeleceu para admitir a ordens. Também relativamente a este fim, havemos de examinar, antes de mais, o esforço do aluno, no sentido de se tornar digno de o conseguir.

Deste modo, havemos de ter sempre, pendente dos lábios, ou viva no pensamento, esta pergunta: «está *este* seminarista a *corresponder?*»

A resposta não poderá vir de mais ninguém, senão dele. E é com toda a possível objectividade e rectidão de espírito que a devemos escutar.

1.º *Recta intenção*

O aluno, ao longo dos anos que passa no Seminário, há-de mostrar, de modo quanto possível concreto e pessoal, o valor da *intenção* que o anima.

O Superior, por sua vez, terá de examinar o valor da vontade do aluno, portadora dessa intenção, as qualidades que ela revela, do modo de entender, as propriedades que qualificam esse entender, as motivações que o sustentam, os sinais exteriores que o manifestam.

Já vimos, acima, a necessidade de uma «boa vontade» para entrar no Seminário e dissemos o que deve entender-se por «boa vontade». Não a possuem, certamente, os chamados abúlicos, quer se trate da abulia dos impulsivos que não reflectem e não chegam a uma deliberação, predominando neles o mundo das imagens e dos instintos; quer se trate da «abulia dos intelectuais» que se perdem em deliberações sem fim e não chegam a uma decisão definida. A abulia dos intelectuais pode chegar facilmente à chamada «mania da dúvida»; Quer se trate, finalmente, da «abulia dos obsessos» que inibe os actos da vontade por força de uma ideia ou de uma emoção fixa que não permite nem o querer, nem o não-querer.

Todas as espécies de abulia, assim como a teimosia, a obstinação, os caprichos permanentes são índices, não de boa, mas de má vontade.

Se, porém, o aluno não sofre de doenças da vontade, e, por outro lado, afirma querer ordenar-se, então haveremos de examinar que espécie de querer é esse: se é constante, habitual, embora com os altos e baixos que uma psicologia normal pode explicar (tentações de momento, dificuldades da vida evolutiva...) ou se, pelo contrário, é um *querer* tão cortado por intermitências, tão acompanhado de não-querer, que afinal, não denunciando doenças da vontade, denuncia, contudo, falta de segura e esclarecida motivação. O aluno quer e não quer, porque afinal não sabe o que quer.

Neste caso, o aluno deve ser esclarecido. É durante semelhante esclarecimento que as falsas, torcidas ou indignas motivações devem ser afastadas ou corrigidas e as verdadeiras e autênticas devem ser lealmente apresentadas. De facto, só estas últimas tornam possível a constância do acto de querer, e só estas, também, tornam *recta* a intenção.

Para que estas «autênticas» motivações existam é necessário que os alunos cheguem ao conhecimento quanto possível perfeito, do que é o Sacerdócio e qual a sua última finalidade. Se os alunos desconhecem a doutrina sobre o Sacerdócio, sobre as suas funções características, sobre os fins para os quais foi instituído por Cristo, é de prever que à sua intenção de ordenar-se faltam as motivações verdadeiras e autênticas. A falta destes conhecimentos e a conseqüente falta de autenticidade das motivações, talvez estejam na base da explicação

que há-de dar-se quando, em nossos dias, aparecem padres mais interessados pelo reino da terra do que pelo Reino de Deus, mais interessados pela economia da terra do que pela economia da graça...

Embora seja verdade— Paulo VI afirmou-o — que para entrar no Seminário é suficiente um germen de recta intenção, é verdade também que este germen deve desenvolver-se, deve crescer sem desvios em direcção à glória de Deus e à salvação das almas. Se outros interesses podem existir, se outros motivos podem encontrar-se no caminho, é indispensável, todavia, mantê-los nos domínios do razoável e do honesto e não lhes permitir oposições ou contradições com o fim supremo do sacerdócio.

A recta intenção que há-de animar o querer do aluno — e ela deve ser uma constante de toda a sua vida — supõe que este querer é inteiramente livre e sincero.

De facto, nenhuma vontade pode substituir-se à vontade do aluno, nenhuma pode prevalecer sobre ela, como afirma S .S. Paulo VI, na *Summi Dei Verbum*. A opção pelo sacerdócio é exclusivamente do aluno, condicionada, aliás, à aceitação da Hierarquia, é uma opção inteiramente pessoal.

Além de livre, *sincera*. A «sinceridade de alma» de que nos fala o Decreto «Optatam» do Vaticano II, há-de procurar-se principalmente neste ponto.

Por fim, a recta intenção há-de manifestar-se *externamente*, traduzir-se, não em palavras apenas, mas sobretudo em obras.

Semelhante manifestação no exterior, será para nós o grande critério que havemos de seguir, quando se trata de formular um juízo imparcial e objectivo sobre a recta intenção do aluno, sobre os «santos propósitos» com que ele há-de apresentar-se ao Bispo para que este tenha a certeza moral de estar em frente de um eleito de Deus.

Um aluno que não cuida da saúde, que não estuda, que não quer sujeitar-se à disciplina, que não procura ter uma vida moral digna, que mostra desinteresse pela piedade, que não tem os olhos postos na Igreja, na sua vida, nos seus esforços, canseiras e necessidades... e tudo isto se verifica mais por modo de hábito do que por modo de acto, este aluno mostra falta de suficiente recta intenção.

Nestas coisas, porém, como no demais, é necessário contar com o factor idade, com as fases da vida evolutiva, com os recursos próprios de cada momento, com as possíveis crises que aparecem. É evidente, como já várias vezes se afirmou, que não podemos exigir de um principiante ou de um aluno que está a meio da sua formação,

o que se exige de um finalista. O que importa, sempre, é ter *ideal* e caminhar com vistas na sua realização em todos os momentos da vida.

2.º *A caminho da maturidade física e psíquica*

Depois do que dissemos sobre a saúde, física e psíquica, que se requer para a entrada no Seminário, pouco nos resta para dizer neste momento. Contudo, acrescentaremos o seguinte.

Durante o período de maturação que o aluno vive no Seminário, a investigação sobre os antecedentes hereditários é uma *constante* a que se deve prestar a devida atenção. No caso, por exemplo, da *tuberculose*, doença que hoje facilmente se cura, não basta pensar no seu desaparecimento físico, digamos; é necessário também, pensar nas consequências que essa doença pode ter no plano psíquico-sexual. O tuberculoso, mesmo curado, tem uma psicologia especial e fica, muitas vezes, afectado para toda a vida na esfera dos sentimentos e da afectividade. Nele, os instintos sexuais aparecem, não raras vezes, tomados de novo impulso e nova intensidade. Mesmo fora dos casos de tuberculose, há obsessões sexuais de tal natureza que não podem explicar-se sem um fundo patológico, que é necessário ter em vista e cujo exame deve ser confiado a um médico especialista. Se esta base doentia não pode *eliminar-se* convenientemente, o *recurso a drogas, atenuantes* do mal, não me parece o meio mais adequado. O melhor é escolher outro caminho.

Na ordem da actividade psíquica, propriamente dita — embora sempre mais ou menos relacionada com a esfera do somático — podem aparecer, por vezes, manifestações denunciadoras de fundas e graves doenças: psicoses generalizadas ou circunscritas (esquizofrenias, estados maníaco-depressivos, ideias delirantes, delírios: de perseguição, de ciúme; megalomanias, etc.). Nem são de desprezar as possíveis psico-nevroses que podem afectar a personalidade de alguns indivíduos, como as *obsessões*, geradoras de angústias e ansiedades que mortificam e inutilizam uma vida.

A maturidade física e psíquica do aluno deve ser seguramente normal; por esta razão, é dever nosso, uma vez que conheçamos qualquer sinal de anormalidade, tratar de recorrer a quem sabe, a um especialista que nos informe com seriedade e consciência. Seria imprudente da nossa parte deixar no Seminário quem, sob o aspecto de saúde, tanto psíquica como física, não pode dar esperanças de vir a ser idóneo.

«Illos quos Deus ad aliquid eligit, ita *praeparat* et *disponit* ut ad quod eliguntur inveniantur idonei secundum illud II Cor., 3, 6: Idoneos nos fecit ministros Novi Testamenti», escreveu Santo Tomás a quem S. S. Paulo VI cita na Carta Apostólica «*Summi Dei Verbum*»¹⁸. Por esta razão o mesmo Sumo Pontífice preocupa-se com o exame que há-de fazer-se «das evidentes taras psicopáticas» e dos «graves defeitos orgânicos» que podem prejudicar amanhã o ministério sacerdotal. Para que este exame se faça a tempo e horas, é de toda a conveniência que os Superiores, assim como o médico do Seminário, façam a «história» do aluno.

3.º *A caminho da maturidade afectivo-apetitiva*

Na personalidade humana do aluno merecem especiais cuidados as zonas dos sentimentos e dos apetites ou tendências. Sabido como estes sentimentos e tendências influem na vida activa do indivíduo, é indispensável que todos eles estejam sujeitos ao *império* da vontade na procura ou na realização do Bem.

A inteligência continuamente presa à verdade, e a vontade continuamente inclinada para o bem são, e sempre foram, o segredo de o homem se valorizar como homem. Para isso, porém, é indispensável que o psiquismo inferior esteja sujeito ao psiquismo superior e que esta sujeição seja habitual, contínua, permanente. É isto o que constitui o carácter.

Esta riqueza não pode faltar no seminarista. Para a conseguir é necessário que a sua vontade, iluminada pela inteligência, não seja arrastada pelos apetites inferiores, nem seja influenciada por cargas sentimentais menos dignas. Não o será quando estes forem, digamos, sublimados, aproveitando-se-lhes o que tem de bom, e contradizendo-lhes o que tem de racionalmente indesejável.

Quando o homem se conduz desta maneira, tendo sujeitas à razão e à vontade, as forças válidas do seu psiquismo inferior, não permitindo que as suas forças inclinadas para o mal o arrastem para longe do dever, então há carácter, autodomínio, há, nesse caso, maturidade humana perfeitamente integrada e equilibrada.

Seminarista com maturidade afectivo-apetitiva é aquele que tem o poder de se decidir por si mesmo e por si mesmo se conduzir para o bem, com domínio seguro das suas paixões e dos seus apetites.

¹⁸ *Seminarium*, nova série, 4 (1963) 565.

Para tanto é necessária a lucidês do espírito e a fortaleza da vontade, aliás auxiliadas pela graça de Deus.

Os *indecisos*, os que esperam, sempre, ordens dos outros, para depois se furtarem às responsabilidades; os que não sabem ver as coisas, ou não sabem julgá-las com objectividade, os *autómatos* que só agem quando impelidos, os abúlicos de que falei acima; e, sobretudo, mais directamente ao caso, os sensuais, os carnaís, os dominados, enfim, pelos apetites inferiores e por sentimentos da mesma ordem, não têm maturidade e serão, pela vida fora, canas agitadas por um vento que não é o sopro que vem da razão nem do Espírito Santo.

Um defeito grave que já por vezes tenho encontrado em alguns alunos é o pretensioso autodomínio de que se dizem senhores, dirigindo-se de facto sob o impulso das suas vontades, mas sendo estas iluminadas por uma razão que se deixou escravizar por apetites e sentimentos que contradizem ou desprezam, pelo menos, as normas objectivas segundo as quais é necessário formar a consciência. «Eu formei a minha consciência e procedo de harmonia com ela», afirmam; contudo na formação dessa consciência certas normas do Regulamento, v. g. cedem, abdicam perante o que *lhes apetece* fazer. Parece-lhes, agrada-lhes, apetece-lhes falar durante as horas de silêncio, e falam, e é esta a norma. O que realmente existe é a falta de maturidade, a falta do autêntico autodomínio, a falta de consciência bem formada, a falta de lucidês de inteligência e de rectidão de vontade, enfim, a falta de carácter. Estes devem ser esclarecidos, devem ser ajudados a dominarem-se, e quando se não corrigem devem ser encaminhados para outra vida. Um homem pode cometer erros e cair em faltas. Quando reconhece tais erros e se levanta, dominando-se, é nobre. Quando não aceita a luz, e quando despreza a mão que procura levantá-lo, degrada-se e mostra não ter capacidade para vir a ser um homem de carácter. O carácter é uma insistência no bem; a falta de carácter é a insistência no mal. Os que capricham no mal devem ser excluídos dos caminhos do Sacerdócio.

Na esfera da maturidade afectivo-apetitiva, ocupa lugar de relevo o problema da sexualidade. Autodominar-se sexualmente não é desconhecer os valores que Deus concedeu à natureza humana para crescer e se multiplicar; não é sentir horror pelo outro sexo — seria isso uma doença —; não é sentir repugnância pelo que, dentro do matrimónio, é permitido; não é desprezar este sacramento; nem é deixar de ter ou sentir a força das tentações, etc. Ter autodomínio neste

campo é ver com lucidês, da razão e da fé, que há valores mais altos; é renunciar livremente, e não à força, ao que, não sendo mau por sua natureza, é incomparavelmente inferior à honra de se entregar a Deus de modo completo, sem prisões, e sem compromissos com a terra. A renúncia ao casamento, não por motivos terrenos, mas por motivos de inteira doação a Deus, é a mais autêntica maturidade humana, mais do que humana, é maturidade sobrenatural.

Os que não amadurecem para esta livre doação a Deus, não devem seguir para a frente.

4.º *A caminho da maturidade moral*

A maturidade moral, enquanto distinta, mas não separada, de todas as outras, tem por objecto imediato os actos livres da vontade, iluminada pela razão, isto é, tem por objecto aquela actividade que, em sentido relativo, é plenamente nossa, porque depende da nossa livre eleição ou escolha.

A finalidade de uma recta maturação neste campo, não é apenas levar-nos a distinguir o bem do mal, nem só também, induzir-nos a agir honestamente neste ou naquele caso particular, mas é, antes, dar-nos bons hábitos operativos isto é, *virtudes*, que nos permitam, com domínio autêntico sobre as tendências inferiores, viver, de modo constante e coerente, segundo as exigências das válidas normas objectivas e da nossa consciência bem formada.

Amadurecer moralmente é caminhar para a virtude, ou, melhor, caminhar para a posse de todas as virtudes, aliás intimamente conexas umas com as outras: — *bonum ex integra causa*.

Neste difícil trabalho pela conquista da maturidade moral, numerosos e complicados são os factores a que devemos prestar a nossa atenção e os nossos cuidados. De facto, o agir humano é acompanhado e, sobretudo, modificado por elementos das mais diversas origens, como, por exemplo, elementos biológicos hereditários, elementos relacionados com as diferentes tendências de diversas faculdades, elementos temperamentais, etc. Mas o que é certo é que a maturidade moral depende primariamente, não falando já da graça, da inteligência que segura, clara e constantemente procura a posse da verdade; e da vontade que perseverantemente se prende ao bem moral, à virtude e ao dever. Externamente a maturidade moral revela-se na constante coerência da acção com o pensamento.

Trabalho difícil, disse, pois «*nulla sine labore virtus*», como se

exprimiam Santo Ambrósio, com razão. Mas trabalho necessário, quando se trata de formar padres. E trabalho que não pode realizar-se apenas durante a passagem pelo Seminário, mas tem de ser tarefa a começar na infância, e já antes, nos próprios pais do candidato. Além disso obra de *colaboração*, do educando e de todos os educadores.

Limitando-nos ao problema da selecção, e supondo que o dever de formar moralmente o aluno se cumpriu, a que devemos atender concretamente no que diz respeito ao andamento da *maturação* do aspirante? Quais os critérios a usar?

Antes de mais, é indispensável saber, desde o início, se o aluno é *susceptível* de formação moral, daquela formação moral, quero dizer, que se exige não apenas num homem enquanto homem, mas num homem que pretende ser padre.

Por mais paradoxal que pareça, esta observação tem razão de ser, por diversos motivos. Será realmente possível educar moralmente bem uma criança com taras graves? Ou um aluno com doenças mentais? Ou um aluno abúlico? Ou um aluno com tendências francamente desequilibradas nas suas próprias raízes?

Depois, contando sempre com os efeitos do pecado original, é certo, torna-se indispensável tomar contacto com a inteligência do aluno e ver se ela tende sinceramente para a verdade, ou é vítima de erros, sobretudo no julgar das coisas: se é criteriosa, se é objectiva, se é antênticamente realista, ou se, pelo contrário, troca a verdade pelo sonho, ou ainda, o que é pior, troca o real pelo subjectivo, pela paixão, pelo que dá prazer, pelo que é agradável e afaga os sentidos.

Neste ponto, não podemos estabelecer princípios universais, rígidos, inflexíveis, mas é necessário proceder com a prudência bastante, tendo sempre em vista as exigências do Sacerdócio.

O exame da vontade do aluno é, aqui, de novo, absolutamente exigido. Toma ele *decisões* em conformidade com uma consciência bem formada e com as normas objectivas que lhe são impostas? É suficientemente forte para as pôr em prática? Manifesta, de facto, pelo seu *agir* habitual, que conhece e cumpre o dever, não à força e como quem leva um peso insuportável, mas, por assim dizer, espontaneamente e alegremente?

Ou, pelo contrário, é um indeciso, um abúlico, um simples autómato, quando muito? Ou, colocando-se noutra pólo, será um *rebelde* perante as normas e, até, perante a sua própria consciência? Será um caprichoso egocêntrico, um inovador que tudo quer destruir e refor-

mar, mas à *sua* maneira?... Eu temo os inovadores revolucionários, para quem o passado é todo *mau*, e só é *bom* o que lhes satisfaz os caprichos e escondidas tendências...

O agir do aluno, o apreço que mostra pela virtude, pelo dever a cumprir em cada momento, a rectidão de julgar, a decisão oportuna a tomar, o comportamento que mostra nas diversas situações em que se encontra, tudo isto nos falará do seu valor como homem, moralmente bom, ou mau.

De modo particular, devemos atender ao *carácter*; e quando este falta de modo habitual, a rejeição impõe-se. Numa palavra, não serve quem mostra não ter amor à verdade, nem ao dever. Os servos da mentira e do vício não servem para ministros de Deus.

5.º *A caminho da maturidade sobrenatural*

A maturação moral do seminarista, como todas as demais, na medida em que as podemos considerar isoladamente, não pode realizar-se independentemente da maturação sobrenatural e, neste caso, sacerdotal. Pelo contrário, para que a maturidade da pessoa, que é sempre um *todo*, seja autêntica, é necessário que as diversas *partes* deste todo amadureçam e progridam simultâneamente, de modo conveniente e proporcionado. Pensar, por exemplo, que o Seminário Menor é para a formação do homem; o Seminário de Filosofia é para a formação do Cristão; e só o Seminário de Teologia é para a formação do padre, sobre ser um erro crasso, seria um erro de consequências trágicas.

A formação sobrenatural e sacerdotal é obra a realizar, pelo menos, desde o primeiro instante do despertar da vocação.

Daqui, a necessidade de cuidar da vida da graça, das virtudes, dos dons, que o aluno deve viver, o mais intensamente possível.

O campo, aqui, é vastíssimo e embora seja pertença especial dos Confessores e Directores Espirituais, é também, dentro dos devidos limites, ponto de intervenção e de observação para todos os outros educadores.

Nos domínios da selecção a realizar, é necessário atender ao que vale ou não vale o aluno sob este aspecto.

No foro interno, o trabalho de selecção que compete aos Confessores e Directores Espirituais tem a orientá-lo os ensinamentos especiais de S. S. Pio XI, na citada Encíclica «Ad Catholici Sacerdotii».

No que diz respeito ao foro externo, embora a graça e as virtudes

sobrenaturais não possam rejeitar-se às análises de um laboratório, desde que se encontre «sinceridade de alma» da parte do aluno, muito também podem e devem fazer os outros educadores. Espírito de fé, esperança, caridade; vida de prudência, justiça, fortaleza, temperança, obediência, mansidão... todas estas virtudes sobrenaturais têm as suas *manifestações* próprias, que tornam, de algum modo, visível o que vai no interior da alma.

E se toda a vida interior se concretiza e revela, de algum modo, naquilo a que chamamos piedade — tomado o termo em toda a sua compreensão e extensão — é nas *manifestações* habituais e constantes da mesma piedade que fixaremos os olhos para julgar da vocação do aluno.

Se «o Seminário é um verdadeiro Cenáculo, onde os aspirantes ao Sacerdócio se recolhem por alguns anos, com o escopo santíssimo de serem transformados em *homens novos* (Efes., 4, 24), sob a acção do espírito Santo», como se lê numa carta da Sagrada Congregação dos Seminários de 25 de Julho de 1928, e se, como afirma o mesmo documento, «a escolha dos Ministros do Santuário há-de ser feita com critérios exclusivamente sobrenaturais», a partir destes critérios, teremos de ver, em cada seminarista, o homem que aí existe, se é de facto, e segundo a sua idade o permite, o homem novo de que fala o Apóstolo, ou se é, ainda, e continua a ser, por culpa ou desleixo, o *homem velho*, no qual, predominam as coisas que não são do Espírito Santo...

6.º *A caminho da maturidade intelectual e pastoral*

a) Não direi muitas coisas sobre a necessária maturação intelectual dos alunos dos nossos Seminários. Parece-me critério bastante, no problema da selecção, o que temos usado até hoje. Embora, num ou noutro caso, não estejamos inteiramente isentos de faltas, o que é certo é que, ao terminarem o curso, os alunos têm os conhecimentos suficientes para entrar na vida pastoral.

Mas há um aspecto, no que diz respeito à maturação intelectual do aluno, que merece atenções especiais. Uma coisa é o *cabedal* de conhecimentos que se possuem, nos domínios das diversas ciências que se estudam, outra coisa, muito diversa, é o valor que o aluno dá a esses conhecimentos e o uso que faz deles a partir, evidentemente, da sua capacidade de ver e, sobretudo, *julgar*. *Julgar* à luz dos princípios que se obtiveram; julgar as situações concretas da vida; tomar

perante elas a atitude que o recto juízo pede é coisa que nem sempre existe em todos. Falta a alguns, por vezes, uma coisa que se chama «senro comum», sentido das realidades, das situações, sentido das *convenientes aplicações* dos conhecimentos que se alcançaram.

Na vida prática é necessário este bom senro, e nós sabemos que muitas vezes acontece que a acção pastoral de alunos que fizeram com dificuldade os seus estudos é muito mais eficaz e acertada do que a de alguns que foram brilhantes em todo o curso.

b) Quanto à maturação pastoral, com tudo o que esta implica, sabemos que é ela a coroa de tudo o mais, e sabemos também o lugar e o relevo que lhe foi dado no último Concílio.

Esta maturação é, como as outras, obra a realizar desde os primeiros anos.

Sua Santidade Bento XV, ao falar da vocação, chamava-lhe «semina apostolatus». Vocação sacerdotal que prescindia «do apostolado» é inautêntica.

Este apostolado pode fazer-se desde a entrada no seminário pela oração, pelo sacrifício, pelo exemplo. Além disso, apostolado, como sabemos, é *missão* e esta não é apenas, *acção* é também *contemplação*, o melhor suporte da acção, é vida de união com Deus que envia, mas antes de ordenar que se entre no campo da acção exige a conveniente preparação dos seus operários.

Neste sentido, toda a vida do Seminário se pode transformar em apostolado e missão. Quem no Seminário se aperfeiçoa devidamente, trabalha, estuda, medita, obedece, se diverte... com os olhos em Deus e nas almas que mais tarde lhe serão confiadas, já está no exercício de uma altíssima missão.

Eu bem sei que o Seminário não é um fim, não é, ainda, o campo em que a missão sacerdotal há-de ser exercida em plenitude por *todos* aqueles que nese se formam. Éo sòmente para aqueles, como nós, que o Prelado escolhe como educadores. O Seminário é, prevalentemente, o lugar da formação dos que serão pela Igreja *enviados para o meio do mundo*, sem serem do mundo, para levarem às almas as riquezas da Palavra e da Graça de Deus.

Por esta razão, é necessário que o Seminário prepare convenientemente estes apóstolos do futuro, de modo que seja eficaz o exercício da sua missão. Aliás esta preparação não pode ser apenas teórica, deve ser também prática, e, para tanto, ordena o Concílio Vaticano II, Decr. «opiatam,, n.º 21, que os alunos «sejam iniciados já durante os estudos e até no tempo de férias, na prática pastoral.»

Seja como fôr o modo prático de cumprir esta determinação do Concílio, o certo é que, no problema da selecção, também para este ponto se devem voltar as nossas atenções. Depois de cumprido o dever de educar para a vida pastoral, devemos perguntar-nos: «que esperanças dará este aluno? servirá para qualquer lugar? servirá igualmente para o desempenho de qualquer missão?

Postos os olhos em *toda* a personalidade do aluno, de modo particular nos últimos anos da sua formação, e conhecendo as necessidades da Igreja em nossos tempos, não será difícil julgar.

Contudo, neste julgar das capacidades pastorais do aluno, há um aspecto que, nos tempos de hoje, merece uma consideração especial. É necessário que o seminarista tenha a convicção profunda de que não vai ser padre para ser operário dos reinos da terra, mas sim operário do Reino de Deus; não vai ser padre para resolver problemas económicos, políticos ou sociais — isso pertence a outros, que ele, prudentemente poderá ajudar, sem dúvida, mas lembrado de que não é essa a sua primeira e principal missão. O seminarista deve estar convencido de que vai ser padre para ser o *homo Dei*, o homem de Deus.

E para tanto deve confiar sempre mais na acção do Espírito Santo e dos seus dons, do que nas suas próprias forças sempre limitadas e pobres.